CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS NEGROS: FORJANDO A CULTURA DE CONSCIÊNCIA NEGRA NAS UNIVERSIDADES

Fábio da Silva Conceição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz de Souza

Rio de Janeiro
Setembro de 2024

COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS NEGROS:
FORJANDO A CULTURA DE CONSCIÊNCIA NEGRA NAS UNIVERSIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Fábio da Silva Conceição

Banca examinadora:

_____
Presidente, Professor Dr. Mário Luiz de Souza (CEFET/RJ – Orientador)

_____
Professora Drª. Talita de Oliveira (CEFET/RJ – Examinadora Interna)

_____
Professor Dr. Amauri Mendes Pereira (UFRRJ – Examinador Externo)

SUPLENTES

_____
Professor Dr. Dyego de Oliveira Arruda (CEFET/RJ – Suplente Interno)

_____
Professor Dr. Flávio Anício Andrade (UFRRJ – Suplente Externo)

Rio de Janeiro
Setembro de 2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

C744 Conceição, Fábio da Silva
Coletivos universitários negros: forjando a cultura de consciência negra nas universidades / Fábio da Silva Conceição – 2024.
61f. : il. (algumas color.) + anexo, enc.

Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2024.
Bibliografia : f. 59-61.
Orientador: Mário Luiz de Souza.

1. Relações étnicorraciais. 2. Negros – Identidade racial. . 3. Negros – Educação. 4. Discriminação na educação – Brasil. 5 . Racismo. I. Souza, Mário Luiz de (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

Elaborada pelo bibliotecário Leandro Mota de Menezes – CRB/7 nº 5281

# DEDICATÓRIA

Sou oriundo de uma família muito pobre e pouco escolarizada. Mas muito dedicada, protetora e festeira. A eles dedico essa dissertação, em especial a Neuza da Silva Conceição, minha mãe, e a Francisco Firmiano da Conceição, meu pai, que certamente estão festejando onde quer que estejam.

Ao meu irmão Flávio, minha cunhada Helena e minha sobrinha, Júlia, que me sustentam em todas as horas, também dedico esse trabalho.

E, finalmente, à família que me acolheu, Sheyla, minha esposa, amiga e companheira, Vincent e Victor.

# AGRADECIMENTOS

Ter o título de Mestre em Relações Étnico-raciais aos 62 anos é uma conquista coletiva. Não foi fácil por diversas razões chegar até aqui. Sem contar com as pessoas próximas ou não que de alguma forma me incentivaram a não desistir, certamente eu não teria conseguido. Inicio meus agradecimentos àqueles que no ORUM me enviaram energias positivas: Azoilda Loreto, Jorge Damião, Aderaldo Santos (Gil), companheiros e amigos que fiz no Movimento Negro, e Eduardo e Wilson, amigos dos tempos da Escola Municipal Antônio de Oliveira Salazar, hoje 25 de abril. Muito obrigado.

Na minha graduação em História nada aprendi sobre raça, racismo e relações raciais. Foi no Movimento Negro que despertei para o tema. Aos companheiros e companheiras Yedo Ferreira, Amauri Mendes, Adalton Pereira, Zélia Baptista, Lúcia Xavier, Diomário Silva, Jane Santos, Kátia Santos. Muito obrigado.

Sinto-me privilegiado por ter cruzado com pessoas como Márcia e Lara Spíndola, amiga e afilhada queridas e presença sempre necessária; Igor Robaina, ex aluno, hoje professor doutor, sempre gentil e carinhoso comigo; Márcia da Costa, Cláudio Garcia, Rodrigo Vieira, Márcia Oliva, queridos amigos de longos e bem curtidos 40 anos; Bianca Laurino, melhor antropóloga da USP que me instiga a fazer sempre o melhor; Haianna Lima, Herika Lima, negras potências; Vanja Galvão e Roberto Arruda, madrinha e padrinho escolhidos por mim que tanto admiro; Dra. Roselene Pereira, cuidando do meu bem estar. Vocês fazem diferença. Muito obrigado.

Meus colegas de Mestrado. Turma Wakanda, em especial Evandro, Cris Pimenta, Cida e Aninha. Muito obrigado

E um agradecimento muito especial à Coordenação do PPRER nas pessoas da Profª. Talita Oliveira e Prof. Dyego de Oliveira Arruda, que não mediram esforços para que eu concluísse meu curso. Muito obrigado.

E finalmente, meu orientador Prof. Mário Souza. Nossa... Em nenhum momento Mário me deixou na mão. Pelo contrário, tudo que esteve ao seu alcance ele fez. Serei sempre grato por tudo. Não sei o que fazer para retribuir o tanto que Mário fez por mim. Muito, muito, muito obrigado.

# RESUMO


**Coletivos universitários negros: forjando a cultura de consciência negra nas universidades**

As universidades brasileiras, especialmente as públicas, têm sido um privilegiado paraíso para o exercício da Branquitude/Branquidade. Nesses espaços, a juventude negra enfrenta toda sorte de violência: racismo epistêmico, racismo institucional, ausência de representatividade e, com isso, muito sofrimento. Advogo que os Coletivos Universitários Negros podem representar uma renovação do Movimento Negro Brasileiro, na medida em que sua estrutura organizacional, suas pautas e reivindicações, suas ações nos espaços universitários e nas redes sociais, apontam para um salto na luta antirracista e indicam a possibilidade real dessa renovação tão necessária para garantir que o ativismo e a militância antirracistas se tornem mais efetivos. Uma renovação importante no ativismo social e político das juventudes negras universitárias e não apenas um espaço de acolhimento, escuta e reconhecimento dessa juventude no ensino superior, o que também é necessário, pois em geral as universidades brasileiras ainda são um espaço pouco acolhedor aos estudantes negros e negras. Os Coletivos Universitários Negros têm apresentado uma capacidade de mobilização e atuação bastantes significativas, em espaços onde os negros, seus saberes, vivências e culturas estão ausentes ou objetificados. O objetivo geral desta dissertação é compreender como se dá a atuação dos coletivos em suas ações contra o racismo e se essa atuação contribui e como para a produção de uma Cultura de Consciência Negra dentro dos espaços universitários. Como objetivos específicos, as estratégias e saberes produzidos pelos coletivos e seus agentes serão priorizados.



Palavras-chave: Racismo; Cotas raciais; Juventude negra; Coletivos universitários.

# ABSTRACT

**Black University Collectives forging a culture of black consciousness in universities**

Brazilian universities, especially public ones, have been a privileged paradise for the exercise of Whiteness. In these spaces, black youth face all kinds of violence: epistemic racism, institutional racism, lack of representation and, as a result, a lot of suffering. I advocate that the Black University Collectives can represent a renewal of the Brazilian Black Movement, insofar as their organizational structure, their agendas and demands, their actions in university spaces and on social networks, point to a leap in the anti-racist struggle and indicate the real possibility of this much-needed renewal to ensure that anti-racist activism and militancy become more effective. An important renewal in the social and political activism of black university youth and not just a space for welcoming, listening and recognizing this youth in higher education, which is also necessary, as in general Brazilian universities are still an unwelcoming space for black students and black. Black University Collectives have demonstrated a very significant capacity for mobilization and action, in spaces where black people, their knowledge, experiences and cultures are absent or objectified. The general objective of this dissertation is to understand how collectives act in their actions against racism and whether this action contributes to the production of a Culture of Black Consciousness within university spaces. As specific objectives, the strategies and knowledge produced by collectives and their agents will be prioritized.



Keywords: Racism; Racial quotas; Black youth; University collectives.

**SUMÁRIO**


**Introdução** **9**

**1 - Racismo e Ideologia Racista no Brasil** **17**

1.1 - Raça, racismo e relações raciais na formação social brasileira 17

**2 - Movimento Negro e Enfrentamento ao Racismo** **29**

2.1 – A questão da luta contra o racismo 29

2.2 Ações Afirmativas, Racismo, Antirracismo e Movimento Negro 33

**3 – Os Coletivos Universitários Negros e a Cultura de Consciência Negra nas Universidades** **39**

3.1 - Apresentação 39

3.2 - Ações Afirmativas e Ensino Superior 40

3.3 - Juventude Negra Universitária e Antirracismo – Exemplos na História 49

3.4 - Os Coletivos Universitários Negros e a Luta Contra o Racismo 52

3.5- Coletivos Universitários Negros e a Cultura de Consciência Negra 55

**Considerações Finais** **58**

**Referências** **59**

**Anexo 1 – Dados brutos da pesquisa** **62**

# Introdução

1968. Eu tinha seis anos de idade e minha família desembarcava na longínqua e desabitada Cidade de Deus em Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro. Ruas sem asfalto, iluminação precária, abastecimento de água sofrível, transporte inexistente. Problemas que ainda são realidade para muitos jovens negros das periferias da cidade. Tivemos uma certa dificuldade em identificar onde exatamente estava a "nova" casa. O mato alto só deixava à mostra parte do telhado.

Convivi por muitos anos com a profunda tristeza de minha mãe em ter que criar seus dois filhos naquelas condições muito precárias. Mas a realidade se impôs e foi necessário enfrentar com a dignidade possível as dificuldades cotidianas. Gradativamente uma rede de proteção social foi construída entre parentes e vizinhos. A vida foi entrando em uma nova rotina. Minha mãe ficou com a responsabilidade dos afazeres domésticos e com os cuidados comigo e meu irmão mais novo, Flávio. Meu pai, como provedor, precisou trabalhar todos os dias da semana. Durante a semana como motorista da diretoria do Banco Itaú, e aos finais de semana como taxista.

Minha alfabetização iniciou-se no final da década de 1960 na casa de uma educadora vizinha. Em meados dos anos de 1970, ingressei na escola. Como minha mãe não encontrou vaga nas poucas escolas da Cidade de Deus, fui estudar na Escola Municipal Nossa Senhora Paroquial do Loreto e depois na Escola Municipal Antônio de Oliveira Salazar, hoje Escola Municipal 25 de abril, ambas na Freguesia, bairro próximo e com uma composição social e racial bastante diferente daquela que havia na Cidade de Deus. Convivi nessas escolas com moradores de outros bairros de Jacarepaguá. Demorei muito para entender por que nunca era convidado para festas de aniversário e porque pouquíssimos iam à minha casa. Naquela altura não passava pela minha cabeça a existência do racismo.

Sonhava em ser Oficial do Exército e garantir um bom futuro para mim e minha família. Era muito incentivado aos estudos. Mesmo com todas as carências, meus pais se desdobraram para manter a mim e meu irmão na escola. Tive oportunidades raras no meu meio familiar e social: curso de inglês no CCAA; cursos preparatórios para escolas técnicas e militares. Lembro-me de ter estudado no Curso Soeiro, o mais famoso do

subúrbio carioca. Meus primos e primas quase todos interromperam os estudos antes até mesmo de concluir o antigo Segundo Grau, hoje Ensino Médio, para auxiliar nas despesas da casa. Esse privilégio custou a ausência de meu pai no cotidiano da casa e família.

Início dos anos de 1980, depois de algumas tentativas frustradas de ingressar nas escolas militares, fui aprovado para o curso técnico de mecânica no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Não era exatamente o que eu queria, mas passei! Foi uma vitória coletiva. Tias, tios, primas e primos e até vizinhos mais próximos não cansaram de festejar minha aprovação. Festejaram aliviados pois "um dos nossos vai vencer na vida". Difícil esquecer essas emoções. Ao entrar no CEFET/RJ pela primeira vez, o deslumbramento tomou conta de mim. Piscina, quadras poliesportivas, elevador, laboratórios, cantina enorme, salão de barbearia. Tudo isso dentro da escola? Aulas de teatro, música e dança no mágico 5º andar coordenado pela Professora Ângela Bochetti, realidade que cabia nem nos meus mais belos sonhos.

A maioria dos alunos do CEFET/RJ não se parecia comigo. Procurei me aproximar daqueles que frequentavam o 5º andar do bloco E, onde havia aulas de teatro, música e outras artes. E assim fiquei conhecido por quase todos. Penso que duas razões contribuíram para essa fama: eu vivia tocando violão e cavaquinho e era um dos poucos negros da escola. Aliás, foi exatamente nessa escola que recebi minha segunda certidão de nascimento. Segundo o professor Silvio Almeida, negros no Brasil recebem duas certidões de nascimento: a primeira ao nascer e a segunda ao ter consciência do racismo. Não foi diferente comigo. Depois de uma bronca inesquecível que levei do Professor Lércio no laboratório de forja, descobri que era negro. O Professor Lércio disse com todas as letras que não adiantaria ser tão bom quanto meus colegas brancos. Eu deveria ser melhor. Assim, talvez tivesse alguma chance. Hoje sei que ele estava certo. Pela primeira vez, já com 19 anos, entendi o que significava ser negro num país racista. Definitivamente essa conversa com o Professor Lércio marcou profundamente minha vida e minhas escolhas futuras.

Mobilizado pela clara percepção do quanto o racismo impõe barreiras para o jovem negro e precisando entrar logo no mercado de trabalho, decidi não continuar no CEFET/RJ. Na verdade, estava prestes a ser jubilado, de acordo com as regras da instituição. Conversei com meus pais e fiz um preparatório com bolsa para o Exame Supletivo, oferecido pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Fui

aprovado e assim concluí meu Segundo Grau, o que equivale ao hoje Ensino Médio. Minha expectativa era entrar no mercado de trabalho e encarar a vida como todos na minha família fizeram, mas meus pais insistiram para que eu continuasse estudando. “Vai fazer esse tal vestibular pra faculdade e trabalhar também”, ouvia quase todos os dias.

1984. Incentivado de todas as formas por D. Neuza e Seu Francisco, meus pais, fui fazer o tal vestibular. Na época o exame era unificado realizado pelo Cesgranrio, instituição responsável à época pela organização das provas de seleção para as universidades públicas e privadas no Rio de Janeiro. Optei por História e, para minha felicidade e das pessoas próximas, fui aprovado para a FAHUPE – Faculdade de Humanidades Pedro II, em São Cristóvão. Mais uma vitória coletiva. Primeiro da família a ingressar numa universidade. O único entre os vizinhos próximos. Fui parabenizado por pessoas que nem conhecia direito. Porém o samba de Martinho da Vila parecia ter sido feito para mim: “Felicidade, passei no vestibular, mas a faculdade é particular”. Meu pai encontrou a solução. Com seu intermédio, consegui um emprego no Banco Itaú, ao lado da Faculdade. Perfeito: estudava de manhã e trabalhava à tarde. Imaginem se o ambiente da Faculdade era acolhedor? Instituição privada, curso matutino. Pouquíssimos negros, o que me incomodava muito.

Nessa altura já estava bem próximo dos movimentos sociais na Cidade de Deus. O COMOCID – Conselho de Moradores da Cidade de Deus e o Acorda Crioulo, grupo antirracista ligado ao Movimento Negro do Rio de Janeiro. Cada vez mais me sensibilizava para os problemas sociais como o racismo e todas as formas de violência e exclusão social que moradores das periferias das grandes cidades enfrentam cotidianamente. Graças a essa militância percebi que tudo isso era resultado de uma construção histórica.

Ainda nos anos 1980, tornei-me dirigente do IPCN – Instituto de Pesquisas e Culturas Negras, instituição referência do Movimento Negro carioca e do Acorda Crioulo na Cidade de Deus. Cada vez mais minha atuação militante me abria os olhos para os dilemas dos jovens negros e contribuía decisivamente na minha formação como professor de história, preenchendo as lacunas existentes em minha formação acadêmica. Mais de trinta anos depois, volto meu olhar para as juventudes negras e o Movimento Negro. Desta vez no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais no CEFET/RJ. Sinto uma emoção difícil de descrever ao assistir as aulas do PPRER no espaço onde há mais

de 40 anos atrás eu frequentava diariamente para fazer arte. Fazia aulas de teatro, música, dança. Foram muitos encontros. Muitos que perduram até hoje. A sensação que tenho é que esse retorno significa um desfecho de uma história que possivelmente ficou inconclusa. Que assim seja!

O protagonismo das juventudes negras pode ser evidenciado em inúmeras ações: através dos ativismos sociais, da valorização da negritude, da denúncia do racismo, da exigência de reparações entre muitas outras pautas, vivências e demandas, que são uma presença constante nas periferias das grandes cidades. A produção cultural, artística e social potente, antirracista e antissistêmica realizada diariamente nas periferias das grandes cidades de norte a sul do Brasil tem a presença marcante da juventude negra. Rodas de Samba e Pagode, Funk e Hip-Hop, Rodas de Jongo e Capoeira, Maracatus e Congadas, Rodas de Slam das Minas e muitos outros ativismos sociais. Merecem destaque especial os vários movimentos de solidariedade recentes, como a distribuição de cestas básicas e itens de proteção individual durante a pandemia da COVID-19.[1] Nessas ações, o protagonismo das juventudes negras é incontestável. Assim também se resiste contra a exclusão social e racial radical.

Após a aprovação em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade das cotas raciais[2], a paisagem das instituições de ensino superior mudou significativamente. E as possibilidades de produção e troca de novos saberes aumentou para o bem de todos. Sabe-se que, com o sistema de cotas, houve uma grande expansão da entrada da juventude negra no corpo discente das universidades públicas. Nesses espaços, que durante anos contou com a presença quase exclusiva de jovens brancos, a juventude negra convive com todo tipo de violência: racismo epistêmico, racismo institucional, ausência de representatividade, falta de políticas para a manutenção dos alunos cotistas na vida acadêmica, como auxílio a transporte, alimentação, compras de livros e bolsa auxílio e, com isso, muito sofrimento. Nesse sentido, essa dissertação parte da hipótese de que os Coletivos Universitários Negros podem representar um novo impulso no Movimento Negro Brasileiro, na medida em que sua estrutura organizacional, suas pautas e reivindicações, suas ações nos espaços universitários e nas redes sociais na

[1] Para saber mais sobre a COVID-19 ver: https://agencia.fiocruz.br/especial-historia-e-covid-19-os-impactos-da-pandemia-no-oficio-de-historiadoras-e-historiadores

[2] Para saber mais ver: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042&ori=1

defesa dos interesses dos estudantes negros e na luta por uma educação pública, gratuita, de qualidade racial e socialmente referenciada, apontam para um salto na luta antirracista e indicam a possibilidade real de uma renovação tão necessária para garantir que a conscientização, o ativismo e a militância antirracistas se tornem mais efetivos no espaço universitário. Uma renovação importante no ativismo social e político das juventudes negras universitárias e não apenas um espaço de acolhimento, escuta e reconhecimento dessa juventude no ensino superior, o que também é necessário, pois em geral as universidades brasileiras ainda são um espaço pouco acolhedor à juventude negra, ainda que, em muitas instituições, venha crescendo a preocupação em estabelecer programas que garantam o acolhimento e a permanência de negros e negras nesses espaços.

Como será demonstrado nessa dissertação, os Coletivos Universitários Negros têm apresentado uma capacidade de mobilização e atuação bastantes significativas, em espaços onde os negros, seus saberes, vivências e culturas estão ausentes ou objetificados. Prova da competência dos ativistas/militantes dos Coletivos foi a organização em maio de 2016 na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) do 1º Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros – EECUN, que contou com a participação de 1.200 estudantes credenciados de todo país. Ao avaliar o encontro, a Professora Liv Sovik afirmou: “A democratização da universidade a partir das cotas foi catalisadora e veículo de discussão sobre racismo no país. Ela atualizou o debate sobre desigualdade racial.” [3]

Os atuais Coletivos Universitários Negros são resultado das mudanças operadas nas universidades brasileiras a partir da adoção de diversas políticas de ação afirmativa com recorte social e racial, PROUNI[4], REUNI[5] e Lei de Cotas[6]. Com o crescimento expressivo de negras e negros nas universidades, estes sentiram a necessidade de aquilombarem-se, visto que o movimento estudantil tradicional, representado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), pouco contribuiu de avanço na luta antirracista nas universidades brasileiras. Sendo assim, a juventude negra universitária parte em busca de

[3] Ver em: https://adufrj.org.br/noticia/encontro-de-estudantes-e-coletivos-universitarios-negros-marca-dia-historico/. Acessado em: 05 de junho de 2021.

[4] Ver em: https://acessounico.mec.gov.br/prouni. Acessado em: 13 de outubro de 2024.

[5] Ver em: https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni. Acessado em: 13 de outubro de 2024

[6] Ver em: https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas. Acessado em 13 de outubro de 2024

seus pares a fim de garantir maior efetividade no enfrentamento ao racismo em todas suas dimensões.

O objetivo geral deste trabalho é compreender como ativistas/militantes dos coletivos se organizam e entendem suas ações contra o racismo, buscando ainda compreender se tais ações contribuem para a produção de uma cultura de consciência negra no espaço universitário, tendo essa juventude negra universitária como sujeitos ativos e conscientes desse processo. Pretendo analisar de que maneira os militantes/ativistas dos coletivos atuam junto aos estudantes negros e não negros em geral, desde a sua forma de atração, sua representatividade, atuação frente aos órgãos universitários e organização dos estudantes na luta coletiva, dentro dos objetivos a que se propõem. Conforme afirma Guimarães, Sotero e Rios, "a nova onda universitária atua em diferentes frentes, inclusive nas representações estudantis clássicas, como centros e diretórios acadêmicos, conselhos universitários, entre outros. Diferentemente das formas de intervenção negra no ambiente social geral, sua presença diversificada no ambiente acadêmico parece imprimir com mais força uma "nova cara" para as universidades brasileiras, antes vistas como espaços elitizados e majoritariamente brancos." (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020). Advogo que as diferentes formas de intervenção defendida pelos autores é produtora de uma cultura de consciência negra[7], como defendida pelo Prof. Dr. Amauri Mendes Pereira.

Como já foi dito anteriormente, a juventude negra exerce uma agência incontestável na crítica à ordem estabelecida. As ciências sociais ainda têm muito a contribuir no entendimento das diversas formas de organização antirracista da juventude negra. Essa dissertação representa uma pequena e inicial contribuição.

Em função da suspensão das atividades acadêmicas nas universidades devido à pandemia de COVID-19, não foi possível realizar encontros presenciais para a realização da pesquisa. Utilizei um formulário digital que foi enviado pelas redes sociais aos militantes/ativistas que gentilmente se dispuseram a responder. Certamente a frieza do formato digital foi frustrante para mim. Tinha a intenção de acompanhar reuniões e encontros dos coletivos que trariam à pesquisa uma maior abrangência. Ainda assim foi

[7] Cf Pereira, Amauri Mendes. Do Movimento Negro à cultura de Consciência Negra: reflexões sobre o antirracismo na sociedade brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

possível aprender e sentir a energia mobilizadora e transformadora da juventude negra universitária.

Seguindo os objetivos expostos, essa dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo 1, apresento os pressupostos epistemológicos e teóricos, conceitos e categorias que utilizo para o desenvolvimento da dissertação, como raça, racismo, ideologia racista, procurando estabelecer um diálogo multidisciplinar, pois transito por algumas áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, como História, Sociologia e Literatura. Apresento ainda a principal opção teórica e basilar para essa dissertação, que é o conceito de Cultura de Consciência Negra, desenvolvido pelo Professor Doutor Amauri Mendes Pereira. Segundo Pereira(2018), "com ela é possível evitar as limitações e armadilhas do essencialismo negro; superar a institucionalização do antirracismo; transpor as barreiras impostas pelo colonialismo ainda presentes, que tornam o negro "o outro", e assim garantir a valorização dos corpos, das linguagens, das histórias produzidas por negros e negras nas Américas; e principalmente mobilizar a grande maioria de negros e pobres das periferias urbanas e rurais do país numa ação política, social e cultural transformadora."

No Capítulo 2, faço uma análise das ações do Movimento Negro contemporâneo nas lutas por educação, ações afirmativas e introdução da História da África, dos africanos e seus descendentes nos currículos oficiais. Nilma Lino Gomes (2017) apresenta em seu livro o movimento negro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Entendo que as lutas empreendidas pelo Movimento Negro tiveram e ainda têm um papel decisivo para que o racismo e suas consequências tenham visibilidade nos meios acadêmicos, na imprensa e na sociedade em geral. Apresento ainda alguns dados que comprovam o quanto as ações afirmativas de recorte racial mudaram o perfil das universidades brasileiras e o impacto dessa nova realidade na sociedade. Nas primeiras décadas dos anos 2000, com a conquista pelo Movimento Negro Brasileiro das políticas de ação afirmativa, a presença negra nas universidades cresceu significativamente. E cresceu também a necessidade de empreender novas ações de enfrentamento ao racismo nesses espaços.

Finalmente no Capítulo 3, exponho um breve histórico da organização da juventude negra universitária nos últimos 50 anos, em especial no Rio de Janeiro. Merece destaque o GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças, criado na UFF – Universidade

Federal Fluminense, na cidade de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro em 1973 e que, em 1976, organizou a I Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira. E ainda a organização do I SENUM – Seminário Nacional de Universitários Negros que, em 1993, na cidade de Salvador, reuniu cerca de 800 participantes negros de todas as regiões do país na Universidade Federal da Bahia. Esses dois exemplos indicam que parte da juventude negra universitária sempre esteve atenta aos dilemas vivenciados por ela no ensino superior. Diante de um retrocesso político, social e cultural que vivemos recentemente, penso que as juventudes negras e as populações empobrecidas das periferias das grandes cidades, têm cada vez mais o potencial necessário para empreender uma ação verdadeiramente transformadora.

Nas considerações finais, ressalto que cabe às Ciências Sociais e Humanas, e em especial a intelectuais negros e negras, compreender esse momento histórico complexo e desafiador que estamos vivendo, destacando as ações empreendidas pela juventude negra, universitária ou não, sistematicamente marginalizados e invisibilizados e ainda colaborar, ao lado desses, na produção de uma teoria antirracista e de uma consciência de cultura negra que sejam capazes de articular conceitos e categorias tais como racismo, machismo, sexismo, patriarcalismo e colonialismo para enfim mobilizar as forças sociais dispersas em direção a uma ação que leve a uma transformação efetiva. Humildemente, essa dissertação é parte de minha contribuição.

# 1 - Racismo e Ideologia Racista no Brasil

Não há como compreender a história da formação histórica, social e cultural brasileira sem levar em consideração raça, racismo e relações raciais. O Brasil foi o país que mais recebeu escravizados do tráfico transatlântico; durante o período colonial e monárquico, a escravidão esteve presente em todo território nacional e serviu de base para o funcionamento daquela sociedade em todos os níveis; o Brasil ainda foi o último país do ocidente a abolir a escravidão com uma lei que não garantiu a efetiva integração do negro na sociedade. E mais, nos pós-abolição o Estado republicano coloca em prática políticas públicas para embranquecer a sociedade brasileira e manter negros e negras na subalternidade e sob controle. Assim, penso que o desenvolvimento das novas forças produtivas no Brasil republicano teve o racismo como um de seus elementos centrais. Sendo o Brasil, de acordo com os últimos dados do censo do IBGE[8], um país de maioria negra, deixar de levar em conta os impactos da raça e do racismo nas relações sociais brasileiras é correr o risco de uma simplificação inquestionável. Utilizo para a produção desse trabalho essas categorias – raça, racismo e relações raciais - que ainda são motivo de discussão nos meios acadêmicos e intelectuais.

## 1.1 - Raça, racismo e relações raciais na formação social brasileira

Nas regiões colonizadas a partir do século XV pelos europeus e onde a escravidão teve seu lugar como no Brasil, os agentes da colonização, para garantirem sua efetiva exploração sobre povos não brancos, não os viam como seus iguais. Seja com o discurso assentado na questão religiosa, nos séculos XVI e XVII, seja com o discurso pautado pelo pensamento de alguns dos filósofos iluministas, que legitimavam a escravização dos negros africanos por motivos raciais (não era ainda o racismo científico, baseado na questão biológica), construiu-se uma visão estigmatizada sobre os povos originários e os negros africanos, como inferiores e passíveis de serem submetidos à escravização. Neste primeiro capítulo, procuro abordar alguns aspectos teóricos sobre a ideologia racista e,

[8] Para maiores informações ver: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html. Acessado em 13 de outubro de 2024.

claro, sem a pretensão de esgotar o assunto, o que faço aqui é uma breve apresentação sobre a compreensão de alguns teóricos sobre a questão.

O racismo no Brasil não é coisa do passado, mas tem história. O Estado republicano brasileiro tem na raça e no racismo um de seus elementos basilares desde sua fundação em 1889. Antes mesmo da organização constitucional da república, as elites políticas e jurídicas da época aprovaram o Código Criminal de 1890 com a clara intenção de criminalizar as práticas culturais de negros e negras e assim manter o controle, através da força da lei, sobre os ex-escravizados. Vários estudos têm demonstrado que raça e racismo têm uma íntima relação com a formação social brasileira. É relevante lembrar que a raça esteve presente nos momentos importantes da história da formação social brasileira como elemento de hierarquização para justificar a exploração de uns, brancos, sobre outros, não brancos, que se manifestou em todas suas dimensões. No período colonial brasileiro, os conquistadores, brancos europeus, e os brancos proprietários de terras que vão sucedê-los acreditavam que o domínio sobre as terras habitadas pelos povos indígenas e a escravização desses e dos africanos seria algo legitimado por não serem cristãos. No caso dos africanos, recaía sobre esses a explicação de que, por serem descendentes de Cam[9], herdaram o pecado eterno desse ancestral e, sob essa perspectiva, a escravização seria não apenas justa como um caminho para a salvação. Nesse sentido, por mais que a explicação se desse no nível religioso, a colonização começou a estabelecer uma divisão de fundo racial, com os negros sendo vistos como escravizados e os brancos como seus senhores. Tal situação será aprofundada com o pensamento de alguns filósofos iluministas, agora trazendo a questão da raça, mesmo que ainda em termos de um debate filosófico, por mais que a questão religiosa não tenha sido abandonada por completo. Sucesso da dominação colonial, além de ser abençoada por Deus, era também resultado de sua superioridade moral, cultural e racial frente aos não europeus e não brancos. Somado a isso, os defensores dos valores e ideias liberais, no século XVIII e XIX, que serviram de base para as revoluções liberais burguesas, inspiração para a definição da ordem constitucional dos Estados burgueses vigentes até os dias de hoje, não consideraram o tráfico transatlântico e a escravidão em larga escala

[9] Para ampliar o conhecimento sobre o mito bíblico, ver: ROEDEL, Hiran. Do Mito de Cam ao Racismo Estrutural: Uma Pequena Contribuição ao Debate. Projeto AFRO-PORT: Afrodescendência em Portugal [FCT/PTDC/SOC-ANT/30651/2017]. Lisboa. No.02. Julho. 2020. 01-19. Disponível em: https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/afroport/artigos/. Acessado em 13 de outubro de 2024

nas Américas como algo desumano e imoral. Ao contrário, houve aqueles que procuraram justificar tamanha crueldade. Igualdade, liberdade e fraternidade só para alguns.

Antes, entretanto, de avançar nas questões apresentadas acima, trarei algumas linhas sobre ideologia, raça e racismo, uma vez que são categorias fundamentais nas minhas análises nessa dissertação. Trato o conceito de ideologia a partir da análise de dois autores: Stuart Hall (2006) e Silvio Almeida (2018).

Hall (2006) afirma que:

> [...] por ideologia compreende os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona. (HALL, 2006, p.267)

Conforme Hall (2006) sustenta, o poder da ideologia favorece aos setores dominantes na manutenção do *status quo*, fazendo com que realidades injustas sejam entendidas como normais e naturais, alienando parcelas consideráveis da sociedade, inclusive aqueles que sofrem com as injustiças. Mas esse teórico alerta que também a ideologia pode colaborar para que setores subalternizados se rebelem contra a ordem estabelecida, fazendo com que percebam sua capacidade de enfrentar as desigualdades, desde que seja uma ideologia voltada para os interesses da classe trabalhadora e dos grupos subalternizados.

Ainda sobre ideologia e seu poder, vale considerar a afirmação do Professor Silvio Almeida (2018) sobre a questão. Diz ele: "[...] a ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas (ALMEIDA, 2018, p.65-66). A compreensão que temos da realidade é na verdade o que as forças dominantes (poder econômico, poder político, poder cultural) produzem sobre essa realidade. A ideologia tem o poder de criar uma realidade capaz de impedir a indignação diante das injustiças que essa mesma realidade produz. Almeida (2018) afirma ainda que a ideologia é mais que um produto imaginário, a ideologia é uma prática. É esse o poder da ideologia. Mesmo diante da tragédia humanitária que é o Brasil em pleno século XXI, com dados alarmantes como campeão de assassinato de homossexuais; como o crescente número de feminicídios; abuso infantil; genocídio da juventude negra; contínuo extermínio dos

povos originários, ainda assim não há uma manifestação popular de massa contra esse Estado de coisas.

O poder da ideologia, segundo as teses de Hall e Almeida, pode ser exemplificado ainda quando analisamos a ditadura civil-militar no Brasil. Mesmo diante de evidências irrefutáveis das violências e prejuízos em vários aspectos provocados pelos agentes do regime autoritário iniciado em 1964, ainda há aqueles que acreditam que esse regime trouxe vantagens para a maioria da população. Censura, tortura, repressão, brutal concentração de renda, toda essa tragédia inquestionável não impediu que o regime civil-militar contasse com um expressivo apoio das classes populares, curiosamente o grupo que mais sofreu com os desmandos autoritários do regime. Sem dúvida o poder da ideologia se fez presente. Mais recentemente ainda, a título de exemplo, podemos considerar o quanto que o fenômeno do Bolsonarismo[10][11] mobilizou e ainda mobiliza parcelas consideráveis da população brasileira. São muitas as evidências de que o Bolsonarismo não está comprometido em superar as profundas desigualdades que persistem na sociedade brasileira. Exemplos desse descompromisso não faltam. Os mais de 700 mil mortos durante a pandemia da COVID-19[12], com o Presidente da República fazendo piada com a dificuldade respiratória dos doentes e à frente de uma campanha antivacina, deixaram a muitos perplexos. Ainda assim, metade do eleitorado brasileiro apostou na continuidade deste projeto de poder nas eleições de 2022. Claro que existem inúmeros outros fatores que nos ajudam a compreender o apoio de muitos brasileiros a regimes autoritários e ao fenômeno do Bolsonarismo, mas considerar o poder da ideologia é imperativo em qualquer análise séria sobre esses fatos recentes da história do Brasil. Outro aspecto que podemos destacar com a questão ideológica é a questão da raça.

"Só existe uma raça: a raça humana", ouvimos dizer. Quando afirmamos que o Brasil é um país racista, há aqueles que refutam essa ideia com a afirmação anterior.

---

[10] O Governo Jair Bolsonaro foi um período da história política brasileira, que teve início no dia 1.º de janeiro de 2019 e chegou ao fim em 31 de dezembro de 2022.

[11] Para saber mais sobre o fenômeno do Bolsonarismo, ver: BARBOSA, J. R. Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a apologia à intervenção militar. In: BARBOSA, J. R.; HERNÁDEZ, O. A. P. (org.). Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das "democracias". Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 35-68. DOI: https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p35-68 . Acessado em 13 de outubro de 2024.

[12] Para maiores informações consultar em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19. Acessado em 13 de outubro de 2024.

Alguns ainda defendem que a raça aplicada a seres humanos é que possibilita a existência do racismo. Claro que não concordo com essa afirmação por vários motivos que serão trabalhados ao longo dessa dissertação, mas, como essa situação ainda está presente até mesmo em meios acadêmicos e intelectualizados, existe a necessidade de se fazer uma análise bem apurada sobre o significado do termo/conceito/categoria RAÇA. Sabe-se, portanto, que há aqueles que defendem a raça como pertencente apenas ao ramo da biologia. Entretanto, nessa dissertação, parto da ideia de raça como construção histórica e social, e não como um atributo biológico. Guimarães, em artigo publicado em 1999, afirma: "Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos" (GUIMARÃES, 1999 – pag.153).[13] Silvio Almeida (2018), em seu livro o *O que é Racismo Estrutural* afirma que:

> [...] a noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um contexto fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2018, p. 24)

A antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz (2012), em seu livro *O Espetáculo das Raças*, faz um panorama bastante elucidativo sobre o quanto e como as instituições brasileiras, na virada do século XIX para o século XX, tiveram um papel fundamental na construção do conceito de raça. Na obra, Schwarcz (2012) demonstra como museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e faculdades de medicina, além dos mais renomados intelectuais e cientistas do país, colaboraram para a construção de uma ideia de raça que traduzisse as necessidades de se ter uma compreensão "científica" sobre uma sociedade majoritariamente negra miscigenada e que, segundo muitos destes intelectuais e cientistas, estaria condenada ao fracasso. É certo que essas ideias serviram de base para a continuidade e o aprofundamento das políticas de embranquecimento da sociedade brasileira durante a primeira república. Pode-se

[13] Ver mais em: Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Raças e estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, n 54, 1999.

apontar como um exemplo da articulação do Estado republicano, suas instituições e intelectuais com as ideias de raça, a presença de uma delegação brasileira, chefiada por João Batista de Lacerda, renomado diretor do Museu Nacional, no Congresso Mundial das Raças de 1911 em Londres.[14] Nesse encontro científico internacional, a delegação brasileira apresentou, com pompa e circunstância, o que vinha sendo realizado pelo Estado brasileiro e seus agentes, para promover o embranquecimento da população brasileira. A certeza no sucesso desta política era tanta que João Batista de Lacerda apontou o ano de 2012 como o momento em que a população brasileira seria majoritariamente branca. Merecem destaque diversas ações efetivas do Movimento Negro, seus militantes e ativistas em diversas instâncias no sentido de valorizar o pertencimento racial da população. Como exemplo posso destacar que o Movimento Negro contribuiu significativamente para a afirmação da beleza negra, combatendo os padrões estéticos eurocêntricos e promovendo a valorização dos traços físicos da população negra. A mídia, a publicidade e a indústria da moda passaram a incluir cada vez mais modelos negros em suas campanhas, contribuindo para a construção de uma imagem mais positiva da beleza negra. Não menos importante foi a atuação institucional de ativistas e militantes históricos do Movimento Negro, seja nas diversas casas legislativas ou no Congresso Nacional, seja nas instâncias estaduais e municipais de combate ao racismo e valorização da cultura negra. E claro que sempre contamos para nossas vitórias com as bênçãos dos Orixás. Em 2012, mais de 54% da população brasileira era constituída por negros, preta e parda, de acordo com a classificação do IBGE, e, ainda, se deu a aprovação da Lei de Cotas Raciais[15] para o ingresso nas instituições federais de ensino superior, o que veremos com mais detalhes nos próximos capítulos.

Ainda sobre a categoria raça, vale considerar Munanga (2003):

> [...] podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade

[14] Para saber mais, ver em: SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

[15] Para saber mais, ver em: http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html.

> e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. (MUNANGA, 2003. Pag. 6)

Para as análises que faço nessa dissertação, parto do princípio sustentado por Guimarães (1999), Munganga (2003) e Almeida (2018) de que a ideia de raça diz respeito a um longo processo de construção histórica, carregada de aspectos ideológicos e relações de poder. O que entendemos como raça hoje não tem o mesmo significado que tinha nos séculos XVI ou XIX. Penso que seja importante destacar que a raça e a história de sua construção têm servido para justificar a hierarquização entre os seres humanos. Mais que isso, a raça, como produto da modernidade, tem sido utilizada para justificar a exploração de uns sobre outros. Nos dias de hoje, em que pese os avanços das tecnologias de informação, ainda há um abismo entre o que diz a ciência e a realidade socialmente construída no que diz respeito à raça. O fato é que, para que se possa compreender adequadamente o racismo e suas funcionalidades, é preciso considerar a raça como pertencente ao espectro das construções sociais e que, como afirma Almeida (2018): "a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários" (ALMEIDA, 2018, p. 31). Nessa mesma direção, Guimarães (2003) afirma: "o que chamamos de racismo não existiria sem essa ideia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinária" (GUIMARÃES, 2003, p. 96). Diante do exposto e considerando necessário cuidado num estudo acadêmico da categoria raça, não há dúvidas sobre a acertada utilização do termo raça pelas ciências sociais.

Como se pode observar, a raça adquire o aspecto de poder, exclusão, expropriação, quando adquire um caráter ideológico baseado nessas bases de hierarquização dentre os grupos humanos, sob o ponto de vista das diferenças fenotípicas, estipulando que os aspectos intelectuais e morais estão relacionados à raça dos indivíduos. Tal caracterização toma forma na ideologia racista e se materializa através das práticas estruturais racistas, como temos na parte da letra da música "Capítulo 4, versículo 3" (1997), dos Racionais MC's:

> 60% dos jovens de periferia
> Sem antecedentes criminais já sofreram violência policial
> A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras

> Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros
> A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo
> Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente
>
> Minha intenção é ruim, esvazia o lugar
> Eu tô em cima, eu tô a fim, um, dois pra atirar
> Eu sou bem pior do que você tá vendo
> Preto aqui não tem dó, é 100% veneno

O segundo disco do grupo de Rap Racionais MC's, lançado em 1997 pela gravadora Cosa Nostra, é considerado por muitos o disco mais influente e importante do Rap brasileiro e uma das mais grandiosas obras da música popular brasileira e, por que não, da cultura nacional. O disco tem como título *Sobrevivendo no Inferno*. Organizado como uma cerimônia religiosa, foi um sucesso estrondoso, chegando a vender mais de 1 milhão de cópias e colocando o Rap nas paradas de sucesso. Nas periferias das grandes cidades brasileiras, o disco ecoava entre becos e vielas diariamente. Nas letras, a realidade nua e crua de milhões de jovens negros brasileiros submetidos às mais diversas formas de violência e exclusão por ação e/ou omissão do Estado. Para esses jovens, o grupo Racionais MC's passou a ser uma espécie de porta-voz das periferias e seus moradores. Periferia que agora se sente orgulhosamente representada, como um espaço de potência e produção de saberes e não apenas violência, perigo e ameaça. A realidade apresentada nas letras do grupo Racionais MC's é resultado de mais uma construção histórica. O Estado Brasileiro, em especial durante o período republicano, se organizou tendo como um dos pilares básicos a raça e o racismo e assim se consolidam, naturalizam e são reproduzidas cotidianamente as desigualdades raciais e sociais no Brasil.

Nos últimos anos, o racismo tem sido tema de diversas atividades acadêmicas. Intelectuais de diversas ciências sociais têm se debruçado a compreender o fenômeno e oferecer um significado acessível ao mesmo. Temos ainda um número bastante considerável de publicações estrangeiras, tardiamente traduzidas para o português, onde o racismo também é tema. Para o desenvolvimento dessa dissertação, algumas escolhas foram necessárias. Como já foi apontado, parto da conceituação de racismo apresentada por autores como Silvio Almeida (2018), Kabenguele Munanga (2003) e Antônio Sérgio Guimarães (1999). Em suas interpretações sobre o racismo no Brasil, encontro algumas semelhanças que contribuem para minhas análises nessa dissertação. Segundo esses pensadores, mesmo considerando os poucos desvios analíticos entre um e outro, o racismo no Brasil tem história, é relacional, tem caráter sistêmico, estrutural e não é uma

patologia social, isto é, não é resultado apenas de um desvio moral individual, embora, como sabemos, existam indivíduos declaradamente racistas. Para melhor compreensão do que penso sobre o racismo e seus efeitos, compartilho a afirmação de Cardoso:

> A sociedade brasileira, nascida da escravidão e do colonialismo, faz do racismo não uma variante do preconceito, de natureza cultural e individual, mas um fenômeno estruturante que permitiu a superação da escravidão enquanto forma de organização do trabalho e dominação política, sem romper com as hierarquias sociais dela oriundas. O racismo, ao distribuir de forma desigual status, prestígio e poder, possibilitou a perpetuação da população não branca na condição de dependentes, dos quais são explorados trabalho, obediência e sexo. (CARDOSO, 2017, p. 8).

Diante do exposto, fica evidente a impossibilidade de pensar o Brasil e o desenvolvimento de um capitalismo tardio e dependente sem levar em conta o quanto a raça e o racismo estruturam a formação social brasileira. Advogo ainda que o racismo, como uma ideologia de dominação, tem servido historicamente à exploração capitalista de forma tão eficiente, porém penso que essa articulação ainda é pouco explorada nos meios sindicais e intelectualizados progressistas e até mesmo nos meios acadêmicos. E o que é mais inquietante é que muitos progressistas que se dizem marxistas não admitem ou não compreendem essa relação. “Escurecendo” tal questão em artigo recente, Taylor (2018) afirma:

> [...] na tradição marxista é possível encontrar uma ligação indissociável entre racismo e capitalismo. O capitalismo depende do racismo tanto como fonte de lucro quanto, o que é mais importante, como uma forma de dividir e dominar. O racismo é necessário para criar uma cisão entre os trabalhadores que, de outra forma, teriam tudo em comum e toda razão para se aliar e se organizar conjuntamente, mas ficam sendo perpetuamente afastados para o benefício da classe dominante. E ainda: Apesar de seus críticos vastamente acharem o contrário, o próprio Karl Marx estava plenamente consciente da centralidade da raça sob o capitalismo. Apesar de Marx não ter escrito extensivamente de maneira específica sobre a questão da escravidão e do seu impacto racial nas sociedades, escreveu sobre o modo como o capitalismo europeu surgiu do furto, estupro e destruição. (TAYLOR, 2018, p. 179)

A ideologia racista acaba por legitimar e embasar as práticas estruturais racistas que existem na sociedade capitalista, ao longo da nossa formação social, como um país capitalista. Não se dá para entender a sociedade brasileira, sem levar em consideração o quanto a forma de ver e conceber a população negra, os aspectos socioeconômicos que se abatem sobre a maioria do povo, como também as assimetrias entre brancos e negros, sem levar em conta a questão do racismo, somado à questão de classe e gênero. O mito ou ideologia da democracia racial demonstra o quanto a ideologia racial brasileira atuou

para formar uma visão estereotipada das relações sociais no Brasil, servindo como base do chamado racismo à brasileira.

Em pesquisa recente, a maioria dos brasileiros acredita que o Brasil é um país racista.[16] Entretanto, poucos se reconhecem como racistas. Esta talvez seja uma realidade da qual muitos se orgulham. “Eu não sou racista!”. Entender quais mecanismos que sustentam essa realidade é um desafio para as ciências sociais. Sustento que a Democracia Racial tem contribuído para a permanência de falsas crenças sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil, tornando um marco na abordagem sobre essa temática nos transcorrer do século XX, em especial no período de 1935 a 1994. Destaco esse recorte temporal por entender que nesse período profundas transformações ocorreram no país. É certo que essas transformações impactaram as vidas de negras e negros brasileiros, pois sendo o grupo historicamente mais vulnerabilizado socialmente as transformações sociais, políticas e econômicas tendem ser mais impactantes nesse grupo. E observamos um avanço, mesmo que tímido num primeiro momento, das discussões sobre relações raciais, raça e racismo nos meios acadêmicos e mais intelectualizados.[17] [18]

É certo que a Democracia Racial já foi desmistificada nos meios acadêmicos, mas no cotidiano das relações sociais ela ainda se faz presente. Mas o que é democracia racial à luz das ciências sociais? É possível percorrer vários caminhos para responder a essa questão. Para início de conversa, convém admitir uma historicidade para o conceito. Desde a Proclamação da Independência em 1822, as elites políticas e culturais do Brasil se esforçam para criar a ideia de nação brasileira. Desde então, o mito fundador brasileiro constituído de três raças tem sido a aposta principal desses agentes. Com a República, a nacionalidade brasileira fica atrelada à ideia de um paraíso das raças. Claro que essa ideia não era e nunca foi compatível com a realidade, visto que o Estado republicano patrocina políticas públicas para promover o embranquecimento da população brasileira. A partir dos anos 1930, durante a chamada Era Vargas, período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, a Escola Paulista de Sociologia e, principalmente, Gilberto Freyre ofereceram as bases ideológicas e acadêmicas para a Democracia Racial

---

[16] Para saber mais, ver em: https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/.

[17] Para saber mais sobre as transformações no período histórico citado ver: Fausto, Boris. História Concisa do Brasil. 2. Ed., - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.

[18] Santos, Ynaê Lopes dos. – 1 ed. – São Paulo : Todavia, 2022.

brasileira. A publicação do livro *Casa Grande & Senzala* de Freyre pode ser considerada como a primeira referência teórica para a Democracia Racial brasileira. Cresce no período a ideia e a propaganda de que ser brasileiro era ser miscigenado; avança a tese do "Brasil, meu Brasil brasileiro. Meu mulato inzoneiro" (1958). Tão forte e tão eficiente a força do mito capitaneado pelo Estado que até mesmo setores do Movimento Negro brasileiro da época, ativistas e intelectuais negros estadunidenses embarcaram nessa onda. O fato é que existe uma complexidade na identificação e análise da democracia racial:

> Os estudiosos das relações raciais no Brasil ficam sempre intrigados com a origem e a disseminação do termo "democracia racial". A começar pelo simples fato de que a expressão, atribuída a Gilberto Freyre1, não é encontrada em suas obras mais importantes, bem como não aparece na literatura a não ser tardiamente, nos anos 1950. Ademais, por que empregar uma metáfora política para referir-se às relações sociais entre brancos e negros? Por que tal locução passou a exprimir tão perfeitamente um pensamento que conceitos anteriores, cunhados pelos cientistas sociais — como "sociedade multirracial de classes", empregado por Pierson, ou "relações raciais harmoniosas", usado pela Unesco2 —, foram incapazes de expressar? (GUIMARÃES, 2001, p. 147)

Vê-se o quanto a questão é complexa. O mito da Democracia Racial tem servido à lógica da ideologia racista, no Brasil, de diversas formas. A meu ver, a mais devastadora é o fato de que há muitos negros e negras, vítimas preferenciais do racismo à brasileira, que não têm consciência nítida dessa situação, como cita Guimarães:

> Os historiadores fazem bem em tratar tal utopia como o "mito do paraíso racial", pois na verdade a expressão "democracia racial", além de mais recente, está envolta numa teia de significados muito específica. Nos anos 1930, quando se organiza pela primeira vez um movimento político negro no Brasil — a Frente Negra Brasileira —, essa utopia não será posta em dúvida, pelo menos de imediato. Em sua "Mensagem aos negros americanos", Manoel Passos, presidente da União Nacional dos Homens de Cor, preferiu, por exemplo, salientar o abandono a que estava relegada a população negra, sua falta de instrução e seus costumes arcaicos como responsáveis pela situação de "degenerescência" dos negros. Até mesmo o "preconceito de cor", de que se ressentiriam os negros, era parcialmente atribuído à fraqueza moral das populações negras. (GUIMARÃES, 2001, p.149)

Tal fato demonstra o quanto a ideologia da democracia racial, ao penetrar na subjetividade de pessoas negras, acaba gerando uma concepção de mundo em que essas não percebem o quanto a questão racial atua sobre as condições que forjam sua realidade concreta. Pior. Reforçam a concepção de que o negro seria o responsável por seus próprios problemas, visto que, na nossa sociedade, não haveria nenhuma barreira racial que impedisse sua realização na sociedade. Somado à ideologia do branqueamento, presente em uma parcela considerável da população negra, principalmente no transcorrer do século

XX, temos o predomínio de um entendimento da realidade que dificulta a compreensão das pessoas negras da realidade que os cerca. Da mesma forma, esse processo se dá sobre os membros da população branca que, de forma consciente ou inconsciente, acabam reproduzindo, através do racismo à brasileira, as práticas estruturais racistas.

# 2 - Movimento Negro e Enfrentamento ao Racismo

## 2.1 – A questão da luta contra o racismo

Os compositores Nei Lopes, Sereno e Zé Luiz compuseram o belíssimo samba, gravado em 1987 pela Alcione, cujo título é "Nosso Nome, Resistência". A letra do samba é a seguinte:

> Olha nosso povo aí
> Conjugando no presente o verbo resistir
> Nossos corpos densos resistindo à opressão
> Nossos nervos tensos suportando a humilhação
>
> O olho cresceu, tumbeiro chegou
> O couro comeu, o pau roncou
> Mas o negro é aroeira
> Envergou, mas não quebrou
>
> Preto velho tem mandinga
> De amansar feitor
> Nega mina tem um dengo
> De matar de amor
>
> Palmares, balaios, malês, alfaiates
> Fugas, guerrilhas, combates
> Mão na cara, dedo em riste
> Teatros, fundos de quintal, candomblés,
> Blocos, Jongos, Afoxés
> Assim também se resiste
>
> Negritude resplandecente
> Consciente a se reconstruir
> O nosso nome é resistência
> Olha o nosso povo aí...

Em seu livro *O Movimento Negro Educador*, Gomes (2018) afirma que:

> [...] se não fosse a luta do Movimento Negro nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites -, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade da promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas (GOMES, 2018, p.10)

Esse protagonismo do Movimento Negro impõe um reconhecimento de que a luta antirracista tem sido capaz de movimentar as estruturas dominantes do país, produtoras de desigualdade social e racial. E garante maior visibilidade a negras e negros que

historicamente sofreram e ainda sofrem com os efeitos da desumanização imposta durante o período escravista e mantidas pela permanência de valores e cultura da colonialidade. É preciso considerar, portanto, que força é essa utilizada pelo movimento negro. De onde vem? Como e por que resiste por tanto tempo? Uma resposta possível seria: o racismo continua fazendo suas vítimas. Mas há outras possibilidades para que possamos compreender melhor o Movimento Negro Brasileiro. Começo procurando definir o que é Movimento Negro que, apesar das divergências e contradições, desnudou a democracia racial brasileira e pautou a raça e o racismo como questões intransponíveis nas lutas políticas, sociais e culturais nos últimos 20 anos. O Professor Petrônio Domingues (2007) destaca acerca do que é Movimento Negro Brasileiro:

> [...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o Movimento Negro, a "raça", e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação." (DOMINGUES, 2007, p.102)

Já o professor Joel Rufino dos Santos (1994) esclarece que:

> [...] a melhor definição de movimento negro é: todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como "clubes de negros"), artísticas (como o Grupo de Dança Afro Olorum Baba Mi), culturais (como diversos "centros de pesquisa") e políticas (como o MNU); e ações de mobilização-política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e "folclóricos" - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1994, p. 157)

Para Pereira e Pereira (2023):

> Movimento Negro é um movimento social que tem como particularidade a atuação pela valorização da cultura negra na sociedade e contra o preconceito, a discriminação e as desigualdades raciais. Sua formação é ampla e complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que protagonizam a luta antirracista por igualdade e por melhores condições de vida para a população negra, através de diversas estratégias políticas e culturais: como a organização de eventos culturais em clubes ou nas ruas, ou a intervenção combativa em eventos compreendidos por setores da militância

> negra como estritamente políticos, como nos exemplos acima, ou mesmo através de iniciativas educacionais levadas à cabo por docentes e/ou estudantes em escolas ou universidades. A diversidade e a pluralidade são características do movimento social negro, no Brasil e em outras sociedades pelo mundo afora (PEREIRA; PEREIRA, 2023, p. 239)

Advogo que o racismo no Brasil não pode ser entendido como uma patologia social ou como expressão de alguns indivíduos racistas. Sim, eles existem, mas o racismo tem um caráter sistêmico e estrutural e, como já foi dito, tem história, mas não é coisa do passado. E o racismo brasileiro, com sua sofisticação e eficácia, está no lugar da normalidade. Faz parte do nosso cotidiano como algo normal. O racismo faz de negras e negros seres abjetos e despossuídos. Despossuídos de humanidade, despossuídos de direitos e cidadania, despossuídos de saberes e conhecimento, despossuídos de história, despossuídos de cultura. E mesmo diante desse horror, não há por parte significativa da população brasileira incômodo, constrangimento ou solidariedade pelas vítimas cotidianas do racismo. E diversos setores progressistas, de variadas matizes ideológicos, ao longo do século XX, não validaram o papel da raça e do racismo como um dos elementos explicativos das profundas desigualdades brasileiras, junto a outras formas de opressão como classe e gênero. Só mais recentemente esse quadro tem se alterado.

O Movimento Negro tem seu histórico marcado pela ação político-ideológica de desnudar, denunciar e propor uma alternativa social, política, econômica e cultural à sociedade brasileira estruturada pelo racismo. Penso que a força que mobiliza e agita o Movimento Negro é uma força ancestral. Força que remonta à resistência de escravizados ao longo de quase 400 anos de existência da escravidão no Brasil. Reforço que a luta antirracista protagonizada pelo Movimento Negro tem sido capaz de questionar as estruturas da sociedade brasileira que produzem e mantém desigualdades raciais e sociais. Sobre essa capacidade de questionar a ordem estabelecida, Clóvis Moura(1989) nos ensina sobre uma “práxis negra” e sobre uma “cultura de resistência” que ele denominou de “quilombagem”.

Clóvis Moura, um dos principais intelectuais negros brasileiros no estudo das relações raciais, explorou profundamente os conceitos de "práxis negra" e "cultura de resistência". Esses conceitos são centrais para entender a forma como as comunidades negras no Brasil reagiram às estruturas opressoras e construíram suas próprias formas de existência e resistência.

Moura (2020) entende a "práxis negra" como a ação concreta e consciente das comunidades negras na luta contra a opressão racial e social. É uma prática orientada pela teoria, que busca transformar a realidade social. Essa práxis está enraizada na história de resistência do povo negro, desde os tempos de escravidão até os dias atuais, e envolve tanto a resistência física quanto a produção cultural, espiritual e intelectual.

Moura (2020) analisa essa práxis dentro de uma visão materialista e histórica, onde as ações das populações negras são vistas como respostas às condições estruturais de opressão. Ele enfatiza que essas ações não são apenas reativas, mas também proativas, na medida em que buscam construir alternativas de vida, identidade e sobrevivência.

A cultura de resistência, segundo Moura, refere-se ao conjunto de práticas culturais, tradições e valores que foram desenvolvidos pelas comunidades negras como formas de resistência à dominação e ao racismo. Isso inclui expressões culturais como a música, a religião, a dança, a língua, entre outras formas de manifestação que afirmam a identidade e a história do povo negro.

Moura destaca a capoeira, o candomblé, o samba e outras práticas culturais como elementos fundamentais dessa cultura de resistência. Essas manifestações não apenas preservam a memória e a identidade negra, mas também funcionam como formas de contestação ao *status quo*.

Penso que a Juventude Negra brasileira tem demonstrado a incorporação, conscientemente ou não, do que Clóvis Moura denomina de "cultura de resistência". Nas periferias das grandes cidades, nas áreas urbanas e rurais, nos quatro cantos do país, o protagonismo da juventude negra pode ser evidenciado através de variadas formas de manifestações políticas, sociais e culturais. E em função da aprovação de políticas públicas com algum recorte racial, instituições públicas e privadas passarem a ter em seus quadros uma maior presença dessa juventude negra que sofre os efeitos do racismo nessas instituições, mas também reage, resiste e insiste em ser vista e reconhecida como merecedora de direitos e respeito.

Iniciei esse capítulo citando Gomes (2018) acerca do papel educador do Movimento Negro. Ao término dessa primeira parte do capítulo, recorro mais uma vez a essa intelectual e teórica que afirma:

> [...] o Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-

> raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. (GOMES, 2018, p.38)

Partindo dessa compreensão acerca do papel do Movimento Negro, interessa destacar para essa dissertação o papel da Juventude Negra dentro desse movimento social que se destaca por defender, de forma contundente e de diversas maneiras, uma identidade negra positiva. É o que tento mostrar adiante e no próximo capítulo. Sigamos.

## 2.2 Ações Afirmativas, Racismo, Antirracismo e Movimento Negro

Existem dados das mais variadas fontes que comprovam a profunda e permanente desigualdade existente na sociedade brasileira, promovida pela opressão racial. As diversas formas raciais de exclusão e violência são sistematicamente denunciadas por atores sociais, instituições nacionais e internacionais, o que tem motivado a criação pelo Estado brasileiro e aprovação pelo Legislativo de políticas de ações afirmativas. Forçoso esclarecer que essas políticas afirmativas, em especial aquelas que ofereçam alguma vantagem para grupos étnico-raciais, devem ser entendidas como conquistas do Movimento Negro e que sofreram e ainda sofrem questionamentos de toda ordem. Parece um paradoxo: não há como negar a existência de mecanismos que garantem vantagens para poucos, brancos em especial, e desvantagens para muitos. Como compreender esse paradoxo?

Recorro a três conceitos que me parecem oportunos para compreender e aprofundar esses conceitos. Democracia Racial, Meritocracia e Branquitude. Acredito que esses três conceitos, tão presentes nas discussões sobre ações afirmativas, contribuem para escamotear ou até mesmo ocultar a realidade racista produtora de desigualdade racial e social no Brasil. Proponho aqui uma breve discussão sobre cada um deles, pois acredito que a crença nesses elementos faz com que a rejeição a políticas afirmativas no Brasil seja ainda tão grande.

Sabe-se, como já disse anteriormente, que, nos meios acadêmicos intelectualizados e mais progressistas, possivelmente a democracia racial é considerada como um mito. Entretanto, nas nossas relações cotidianas, a crença no mito persiste. Sales (2023) afirma que:

> [...] a democracia racial ou o mito da democracia racial não é meramente uma falsa crença, porém envolve um modo de funcionamento e regulação das práticas sociais, das relações de poder, das formas de sociabilidade e do pensamento social que compõem um determinado regime de dominação étnico-racial historicamente constituído (SALES, 2023, p. 105)

A democracia racial é um conceito central nas discussões sobre as relações raciais no Brasil, especialmente a partir das ciências sociais. A ideia propõe que o Brasil teria conseguido, desde a colonização, criar uma sociedade onde diferentes raças (brancos, negros e indígenas) convivem harmoniosamente, sem os conflitos raciais intensos observados em outros países, como os Estados Unidos, África do Sul ou ainda na Alemanha nazista dos anos 1930.

No entanto, diversos autores contemporâneos criticam essa noção, argumentando que ela mascara a realidade das desigualdades e do racismo estrutural no Brasil. Vale conferir como alguns desses autores discutem a democracia racial.

Guimarães (1999) é um dos sociólogos que analisa criticamente democracia racial. Segundo o sociólogo, a crença na democracia racial cria uma falsa percepção de igualdade, que dificulta a implementação de políticas de ação afirmativa, visto que parte da sociedade nega a existência de desigualdades raciais.

Outra intelectual crítica ao mito da democracia racial é a historiadora e professora Ynaê Lopes dos Santos (2022). Para essa intelectual, a ideia de democracia racial funciona como um mecanismo de apagamento histórico, que omite a violência e a exclusão enfrentadas pelos afro-brasileiros. Santos (2022) mostra ainda como a ideia de democracia racial tem sido usada como argumento contra políticas de ação afirmativa. Se o Brasil é uma democracia racial, então não haveria necessidade de políticas que visem corrigir desigualdades raciais, o que ignora as profundas desigualdades persistentes.

O professor Petrônio Domingues (2001) contribui argumentando que a democracia racial serviu para fortalecer um mito de igualdade racial que, na prática, nunca existiu. A falsa percepção de uma sociedade racialmente democrática acaba sendo usada como argumento contra políticas de ação afirmativa, pois sugere que todos têm as mesmas oportunidades, ignorando as barreiras históricas e sociais enfrentadas pela população negra.

Além do mito da democracia racial brasileira, outro argumento amplamente utilizado por aqueles contrários às políticas afirmativas com recorte racial é a meritocracia. Vale destacar que esses argumentos contra as cotas raciais são manipulados

e utilizados por uma parcela da sociedade brasileira contrária a essa política de ação afirmativa. Pesquisas indicam que justamente a parcela mais privilegiada é a mais refrataria às políticas públicas que favorecem negras e negros. Em 2004, ao prever a reserva de 20% das vagas para candidatos negros e um número para indígenas, a UNB – Universidade de Brasília foi objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, com pedido de suspensão liminar, pelo partido político Democratas (DEM), no Supremo Tribunal Federal. Ao decidir por unanimidade a constitucionalidade das cotas raciais em 2012, no julgamento realizado da ADPF no Supremo Tribunal Federal (STF), em seu voto a favor das cotas o Ministro Marco Aurélio, argumentou que "meritocracia sem considerar os pontos de partida é aristocracia disfarçada".[19] Vários autores e intelectuais também mostram sua posição contrária à meritocracia quando utilizada como argumento contra políticas focalizadas.

Defensora das cotas raciais, a filósofa e ativista do Movimento negro Sueli Carneiro argumenta que a meritocracia no Brasil é ilusória, pois ignora as desigualdades estruturais que historicamente excluíram e desfavoreceram a população negra. Segundo ela, a meritocracia só pode ser considerada justa se houver igualdade de condições de partida, o que não é o caso no Brasil. O professor Petrônio Domingues (2001) também critica o argumento meritocrático, sublinhando que as cotas raciais são necessárias justamente para corrigir as desigualdades históricas e garantir uma competição mais justa. Ele enfatiza que, sem ações afirmativas, a meritocracia perpetua as desigualdades existentes. O antropólogo Kabengele Munanga (2013) é outro importante crítico da visão meritocrática no contexto brasileiro. Ele argumenta que a meritocracia, tal como é proposta pelos opositores das cotas, ignora as disparidades raciais históricas e atuais que impedem a verdadeira igualdade de oportunidades.

Penso que, apesar de forte e permanente ação que grupos contrários às cotas raciais fizeram, inclusive entre setores da esquerda marxista, o Movimento Negro tem sido vitorioso, dentro das limitações políticas existentes, ao não só denunciar o racismo existente na sociedade brasileira, mas também pressionar pela aprovação de políticas públicas que favoreçam a população negra. Domingues (2005) defende que, com a política de ações afirmativas, é a primeira vez que o Estado brasileiro implementa

[19] Para saber mais, ver em: https://www.cjf.jus.br/cjf/outras-noticias/2012-1/abril/stf-julga-constitucional-politica-de-cotas-na-unb. Acessado em 14 de outubro de 2024.

políticas públicas a favor da população negra, pois, em toda a história do Brasil, essa população sempre foi alvo de políticas que a desfavoreciam. Esse intelectual afirma que:

> [...] a implementação dos primeiros programas de ações afirmativas, entre os quais a política de cotas, decreta o fim do mito da democracia racial, ou seja, do mito da ausência de preconceitos ou discriminações raciais no Brasil. A vigência desses programas, por si só, é a prova cabal de que existe tanto racismo quanto um problema específico do negro no país, pois, caso contrário, não haveria a necessidade de medidas reparatórias para esse segmento populacional. As bases ideológicas de sustentação do mito da democracia racial, portanto, estão sendo implodidas. (DOMINGUES, 2005, p.75)

Apesar de algumas dúvidas que possam existir sobre a afirmação do Professor Domingues, isso não é pouca coisa e se insere nas lutas históricas do Movimento Negro.

Desde a fundação da Frente Negra Brasileira no início dos anos 1930 à ação política da juventude negra universitária no início do século XXI, a luta por políticas compensatórias em favor da população negra tem sido uma constante. Apesar das contradições, avanços e recuos existentes entre as instituições e nas ações empreendidas pelo Movimento Negro ao longo desse período histórico e que não se pode obliterar, a crença na necessidade de ações afirmativas tem sido uma constante.

Em 2001, aconteceu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, com a assinatura pelo governo brasileiro de então da Declaração de Durban e um Plano de Ação que continha várias medidas que foram aprovadas pelo Estado brasileiro. A primeira delas foi a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos II, em 2002, que recomendava:

> [...] adotar, no âmbito da União, e estimular a adoção, pelos estados e municípios, de medidas de caráter compensatório que visem a eliminação da discriminação racial e a promoção da igualdade de oportunidades, tais como: ampliação do acesso dos/as afrodescendentes às universidades públicas, aos cursos profissionalizantes, às áreas de tecnologia de ponta, aos grupos e empregos públicos, inclusive cargos em comissão, de forma proporcional à sua representação no conjunto da sociedade brasileira.[20] (BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2002)

Muitas destas medidas, talvez todas, acabavam em maior ou menor grau, de uma forma ou de outra, respondendo a demandas históricas do Movimento Negro:

[20] Para saber mais, ver em: Souza, M. M. de. (2023). Programa nacional de direitos humanos: evolução e involução. Revista Da Defensoria Pública Da União, (18), 235-248.

- Coordenadoria de Políticas para a População Negra e Indígena: a partir de 2003, muitos estados e municípios brasileiros começaram a criar coordenadorias específicas para a promoção da igualdade racial, voltadas para a população negra e indígena. Essas coordenadorias são responsáveis pela implementação de políticas de promoção da igualdade racial em suas respectivas regiões.
- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR): criada em 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a SEPPIR foi o principal órgão do governo federal voltado para a promoção da igualdade racial. Sua missão era coordenar as políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, articulando ações em várias áreas, como educação, saúde, trabalho, e segurança pública.
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR): criado em conjunto com a SEPPIR em 2003, o CNPIR é um órgão consultivo que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, monitorar e propor políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. O conselho desempenha um papel importante na formulação e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial.
- Fundação Cultural Palmares (Reestruturação e Fortalecimento): embora a Fundação Cultural Palmares tenha sido criada em 1988, seu papel foi significativamente ampliado a partir de 2003 com o fortalecimento das políticas de igualdade racial. A Fundação é responsável por promover e preservar a cultura afro-brasileira e pelos processos de reconhecimento e titulação de terras quilombolas.
- Comissão Nacional de Saúde da População Negra: criada pelo Ministério da Saúde em 2006, essa comissão tem como objetivo promover a saúde da população negra, elaborando e monitorando políticas públicas de saúde específicas para esse grupo, conforme diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).
- Lei nº 10.639/2003: essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo das escolas de ensino fundamental e médio. O

objetivo é valorizar a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira e combater o racismo por meio da educação.

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010): o Estatuto da Igualdade Racial estabelece um conjunto de direitos e políticas públicas para a promoção da igualdade racial e combate ao racismo. Ele abrange áreas como educação, saúde, trabalho, cultura e segurança pública, visando à eliminação de desigualdades raciais.
- Lei de Cotas nas Universidades (Lei nº 12.711/2012): conhecida como Lei de Cotas, essa legislação reserva 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes de escolas públicas. Dessas vagas, uma parte é destinada a estudantes de baixa renda e outra parte é reservada para estudantes negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.
- Lei de Cotas no Serviço Público (Lei nº 12.990/2012): estabelece a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para negros e pardos. A lei é uma extensão das políticas de cotas nas universidades, agora aplicada ao mercado de trabalho, especialmente no setor público.

Para finalizar esse capítulo, recorro mais uma vez à professora Nilma Lino Gomes (2018). Diz a professora:

> O Movimento Negro é um ator político que tem construído, no Brasil, uma história de resistência, de luta coletiva e de propostas para o aprimoramento da democracia. É também possível compreendê-lo do ponto de vista analítico, como uma macro categoria, que congrega várias organizações autônomas cuja ação política central é o combate ao racismo e a construção da igualdade racial. (GOMES, 2018, p. 45)

Fica claro que o Movimento Negro, como um ator social que problematiza e tensiona o racismo presente nas estruturas da sociedade brasileira, tem colaborado para que todas e todos os brasileiros possam viver plenamente e em harmonia no gozo de suas possibilidades e potencialidades. As políticas de ação afirmativa com recorte racial, como explica Domingues (2005):

> [...] servem como estopim para desencadear, ainda que tardiamente, o debate, no seio da sociedade brasileira, de como o Estado deve reparar as injustiças e atrocidades causadas no passado à população negra e, principalmente, de como se deve eliminar o problema do racismo antinegro no presente. (DOMINGUES, 2005, p.98)

É isso que faz do Movimento Negro, educador.

# 3 – Os Coletivos Universitários Negros e a Cultura de Consciência Negra nas Universidades

## 3.1 - Apresentação

As universidades brasileiras, especialmente as públicas, têm sido historicamente um espaço privilegiado para poucos. Muito poucos. Brancos e das classes socialmente mais abastadas, principalmente. Sendo assim, arrisco afirmar que o ensino superior no Brasil, longe de garantir possibilidades de ascensão social para a população menos favorecida, tem reforçado toda sorte de desigualdades e exclusão. Um paraíso para o exercício da Branquitude/Branquidade.[21] [22]

Nesses espaços onde a juventude negra tem presença recente, graças às políticas de cotas com algum recorte racial, ela pode estar sendo submetida a qualquer tipo de violência: racismo epistêmico, racismo institucional, ausência de representatividade e, com isso, muito sofrimento. Advogo que os Coletivos Universitários Negros podem representar uma renovação nas formas tradicionais de ação do Movimento Negro Brasileiro, na medida em que sua estrutura organizacional, suas pautas e reivindicações, suas ações nos espaços universitários e nas redes sociais, apontam para um salto na luta antirracista e indicam a possibilidade real dessa renovação tão necessária para garantir que o ativismo e a militância antirracistas se tornem mais efetivos. Uma renovação importante no ativismo social e político das juventudes negras universitárias e, não menos importante, um espaço de acolhimento, escuta e reconhecimento dessa juventude no ensino superior, o que também é necessário, pois em geral as universidades brasileiras ainda são um espaço pouco acolhedor aos estudantes negros e negras.

Os Coletivos Universitários Negros têm apresentado uma capacidade de mobilização e atuação bastantes significativas em espaços onde os negros, seus saberes, vivências e culturas estão ausentes ou objetificados.

---

[21] Para saber mais, ver em Psicologia & Sociedade, Volume: 26, Número: 1, Publicado: 2014, in: https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt.

[22] BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Penso nos Coletivos Universitários Negros e sua atuação nesses espaços como resultado das mudanças operadas nas universidades brasileiras a partir da adoção de diversas políticas de ação afirmativa com recorte social e racial e como resultado da permanência dos privilégios da branquitude em seus diversos aspectos nesses espaços.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender como a atuação dos coletivos contra o racismo contribui para a produção de uma Cultura de Consciência Negra dentro dos espaços universitários.

Sabe-se que, a partir da década de 1970, a juventude negra universitária vem se articulando e desenvolvendo estratégias para o enfrentamento do racismo no meio universitário.

Nas primeiras décadas dos anos 2000, com a conquista pelo Movimento Negro Brasileiro das políticas de ação afirmativa, a presença negra nas universidades cresceu significativamente. E cresceu também a necessidade de empreender novas ações de enfrentamento ao racismo nesses espaços.

## 3.2 - Ações Afirmativas e Ensino Superior

Em países marcados por uma desigualdade profunda, seja como consequência da exploração colonial moderna ou contemporânea, ou seja, pela dependência econômica que produz exclusão e miséria, as ações afirmativas têm sido utilizadas como forma de amenizar o sofrimento de parte considerável da população desses países. Em especial após a Segunda Guerra Mundial e com avanço dos movimentos de descolonização nos continentes africanos e asiáticos, a adoção de ações afirmativas cresceu significativamente. Três exemplos são tradicionalmente utilizados como exitosos casos de ações afirmativas: Índia, Estados Unidos e África do Sul. Mas antes, vale considerar o que são ações afirmativas. Utilizo a definição de Feres et al (2018), que consideram:

> [...] ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. (FERES JR. et al., 2018, p. 13)

A definição aqui apresentada é bastante ampla, o que atende meus objetivos nessa dissertação. Entretanto é preciso deixar claro que há uma variedade muito grande de ações

afirmativas adotadas no Brasil e em outros países, mas o que norteia todas elas são a crença na promoção do bem comum. Todos ganham com ações afirmativas na medida em que podem promover mais desenvolvimento econômico e social.

Toda ação afirmativa promove uma discriminação, uma discriminação positiva, pois favorece a grupos historicamente prejudicados ou que estão à margem dos benefícios que a sociedade produz. É bastante comum, em especial em nosso país, uma compreensão equivocada sobre o significado da expressão discriminação, o que provocou reações contundentes de amplos setores contra a adoção de políticas afirmativas. Acredito que esses setores não perceberam que há uma clara diferença entre discriminação negativa e discriminação positiva. Sobre essa questão, Feres et al (2018) mais uma vez esclarecem que:

> [...] ao não reconhecermos a distinção entre essas duas formas de discriminação, tornamo-nos incapazes de perceber a distância moral que há, entre, por exemplo, os campos de concentração nazistas e uma política que aumenta o número de pretos e pardos na universidade pública. Confundir discriminação positiva com negativa, isto é, tratar todo tipo de discriminação como se fosse "a mesma coisa", é insustentável. (FERES JR. et al., 2018, p.18)

Penso que boa parcela contrária às ações afirmativas faz essa confusão. Alguns fazem essa confusão deliberadamente, outros por desconhecimento.

No Brasil, há ações afirmativas adotadas há muito tempo em diversas instâncias do poder público e no âmbito das empresas privadas. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), banco público que tem um papel relevante no fomento de políticas públicas e iniciativas privadas, realiza empréstimos a juros abaixo do mercado para setores mais vulneráveis da economia ou para aqueles que precisam um impulso especial que garante seu crescimento e desenvolvimento. Exemplo de ação afirmativa. Pessoas com deficiência têm atendimento preferencial em vários setores, exemplo de ação afirmativa; maiores de 60 anos têm algumas vantagens em seu cotidiano, exemplo de ação afirmativa; mulheres precisam estar representadas para que consigam seus registros junto ao TSE, exemplo de ação afirmativa. Exemplos não faltam.

As principais medidas legais que, a meu ver, garantiram uma presença mais significativa de negras e negros nas universidades públicas se intensificaram a partir de 2001. A expressiva participação na Conferência de Durban na África do Sul e o reconhecimento público por parte do estado brasileiro da existência do racismo e da necessidade de políticas públicas focalizadas para mitigar seus efeitos foram, a meu ver,

decisivas. No entanto, foi a partir do primeiro Governo Lula que tais medidas começam a se consolidar e entrar num palco de disputas políticas. Importa salientar que, antes do período histórico citado, políticas afirmativas já existiam, mas não chegaram a provocar grande e caloroso debate público quanto a sua validade e ainda há dúvidas sobre qual seria o marco inicial das políticas afirmativas na história do Brasil recente. Sobre essa dúvida, Feres et al. afirmam que:

> É difícil estabelecer qual foi a primeira experiência histórica com ação afirmativa no Brasil. Enquanto Rosana Heringer (2001) toma como pioneira a Lei do Boi, que em 1968 reservou vagas nas universidades para filhos de fazendeiros, Sabrina Moehlecke (2002) acredita que o marco legal para a ação afirmativa começou com a Constituição de 1988, que já previa uma reserva dos cargos públicos para pessoas com deficiências físicas e mentais. Essas divergências interpretativas quanto à origem da política são geradas, porque há de fato uma variedade de iniciativas que podem receber o rótulo de "ação afirmativa". Isso faz com que autores diferentes incluam políticas públicas diversas sob a rubrica. É claro que o esforço para localizar alguma ação afirmativa no passado nacional reflete a intenção de identificar um precedente histórico-legal capaz de legitimar tais medidas no presente (FERES JR. et al, 2018, p. 65-84)

Existem várias formas de ação afirmativa em curso no Brasil. Mas aquela que mais causou polêmica e inclusive provocou um posicionamento do Supremo Tribunal Federal foi a adoção de cotas com recorte racial nas universidades públicas. Amplos atores sociais, políticos e militantes de diversas colorações ideológicas, intelectuais e instituições acadêmicas de renome encontraram razões para se posicionarem contra as cotas raciais. Argumentos como "as cotas raciais vão prejudicar o bem desempenho acadêmico e científico das universidades"; "as cotas raciais vão estimular o racismo e uma guerra racial no Brasil"; " as cotas raciais não são capazes de resolver o problema de forma definitiva"; esses e outros argumentos não encontraram respaldo em análises empíricas realizadas recentemente por instituições acadêmicas e científicas confiáveis, o que me faz acreditar que o que sustentou e ainda sustenta os argumentos contrários às cotas raciais é o racismo. Racismo que, como diz Almeida (2018), é uma tecnologia de poder muito sofisticada ou ainda, como afirma Munanga[23], é um crime perfeito capaz de se imiscuir até mesmo em espaços mais progressistas, ofuscando a compreensão da realidade.

[23] Afirmação dada em entrevista ao portal da Fundação Perseu Abramo em 08 de setembro de 2010. Ver mais em: https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/. Acesso em 30 de julho de 2024

Por outro lado, são muitos os resultados positivos da adoção das cotas raciais, em especial nas universidades públicas, que podem ser demonstrados através pesquisas e análises acadêmicas. Maior diversidade no corpo discente, ampliação dos currículos das disciplinas de diversos cursos a fim de atender à demanda de estudantes antes ausentes dos *campi* universitários, possibilidade de ascensão social de jovens negros e periféricos que concluem o curso superior, são alguns desses resultados positivos.

Em pesquisa recente de avaliação sobre ação afirmativa e cotas raciais intitulada *Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros*, realizada pelo LEPES (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior) e pela Ação Educativa, há uma afirmação que confirma minhas crenças:

> Podemos reconhecer as políticas de ação afirmativa e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro como aquelas que vêm contribuindo decisivamente para "mudar a cara" da universidade, tornando-a mais próxima do retrato da população brasileira como um todo. Políticas que têm exigido transformações mais profundas na função social da universidade, em suas formas de funcionamento, seus currículos e agendas de pesquisa. (...) As medidas de expansão de vagas também possibilitaram o aumento expressivo da presença de estudantes de menor renda, de escola pública, de autodeclarados pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiências nas universidades federais. Tal aumento foi verificado em relação à proporção destes estudantes no conjunto das matrículas e quando se analisa carreiras específicas, incluindo as mais seletivas. (HERINGER et al. Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil – Resumo Executivo, 2022, p. 5)

No que diz respeito ao ingresso no ensino superior, as leis e políticas aprovadas no âmbito do governo federal que, a meu ver, merecem destaque são:

I - Programa Universidade para Todos (Prouni): criado pela Medida Provisória 213, de 10 de setembro 2004, o Prouni foi institucionalizado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005;

II - Fundo de Financiamento Estudantil: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), divulgado pelo Inep/MEC, ofertados por instituições de educação superior privadas que participam do programa.

Merece destaque uma recente resolução do Ministério da Educação que cria o Fies Social. A expectativa é que, com essa alteração, aumente a presença de jovens negros no ensino superior privado. No site do MEC, há a seguinte descrição:

> Com o Fies Social, instituído pela Resolução nº 58/2024, o MEC retoma o papel social do financiamento estudantil, uma vez que se destina ao atendimento das necessidades de estudantes de baixa renda. Essa versão tem o objetivo principal de oferecer melhores condições para a obtenção do Fies, como a reserva de 50% das vagas, em cada edição do dos processos seletivos do programa e a concessão de até 100% de financiamento dos encargos educacionais para os estudantes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que possuam renda familiar per capita de até meio salário-mínimo.[24]

III - REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais): criado pelo Governo Federal em 2007 para promover a expansão e a interiorização do ensino superior;

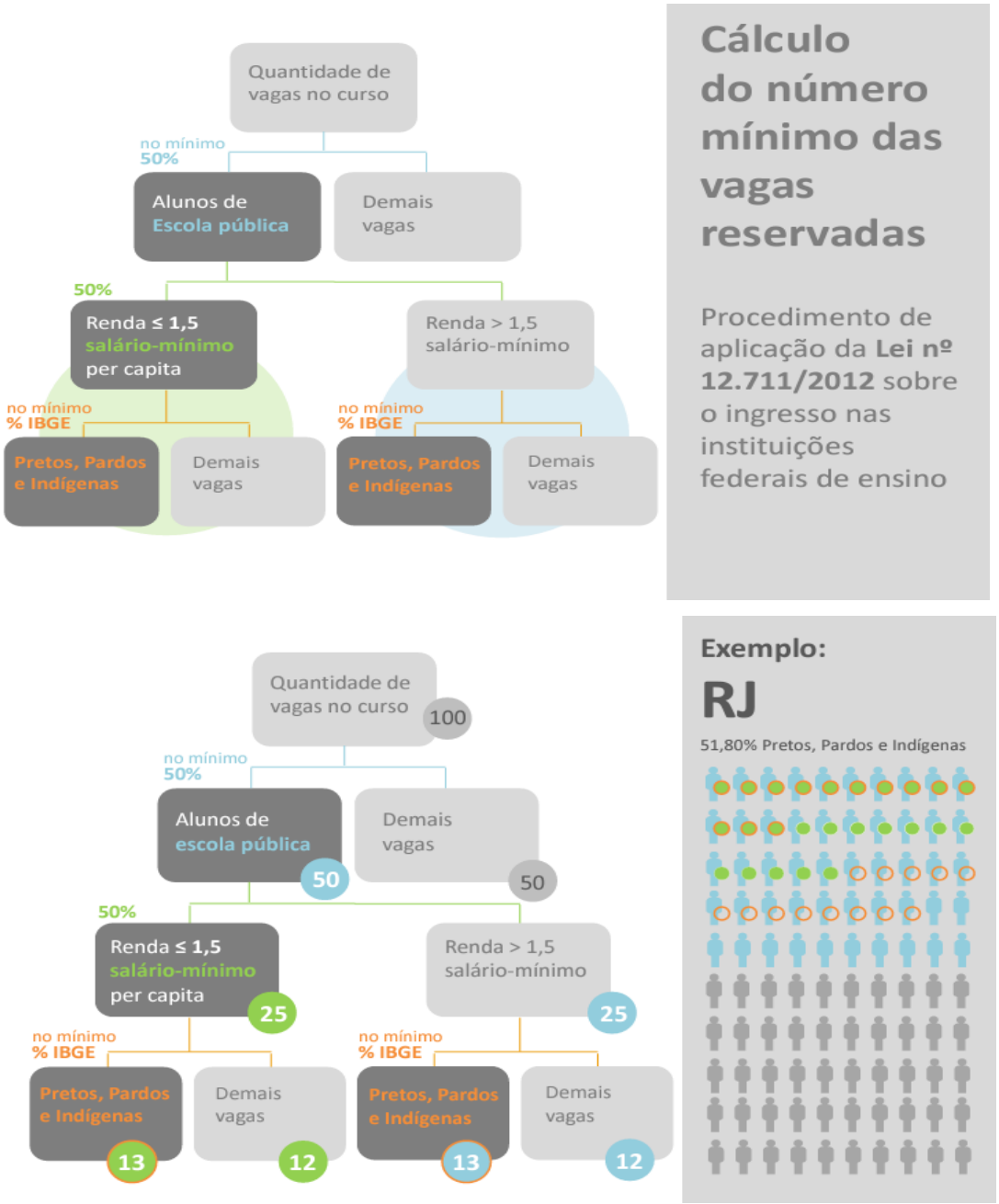
IV – Lei de Cotas: A Lei nº 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Os gráficos abaixo ilustram o funcionamento da lei.

Como já foi citado, o favorecimento a PPI (pretos, pardos e indígenas), mesmo sendo discreto, gerou grande rejeição entre diversos atores da sociedade brasileira. Intensos debates, ações judiciais, projetos de lei, entre outras ações fizeram com que o legislador ampliasse o alcance da lei para facilitar sua aprovação. Sobre essa questão, Feres et al. (2018) demonstram que:

> A Lei Federal 12.711/2012 tornou obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e técnico. O Projeto de Lei 73/1999, que lhe deu origem, tramitou por mais de dez anos até sua sanção efetiva, quando 40 das 58 universidades federais já praticavam alguma modalidade de ação afirmativa.
>
> Em seu conjunto, as políticas em funcionamento antes da aprovação da lei contemplavam uma diversidade de beneficiários. A lei, contudo, fixou quatro subcotas: (1) candidatos egressos de escolas públicas, independentemente da cor e da renda, (2) candidatos de escolas públicas e baixa renda, independentemente da cor, (3) candidatos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas, independentemente da renda, e (4) candidatos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas e de baixa renda. A nova lei determina ainda que

[24] Ver mais em: http://portal.mec.gov.br/fies-sp-1344319726. Acesso em 30 de julho de 2024

a reserva respeite, no mínimo, a proporção de pretos, pardos e indígenas em cada estado, segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE.” (FERES et al., 2018, p.84)




Fonte: http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html. Acesso em 30 de julho de 2024

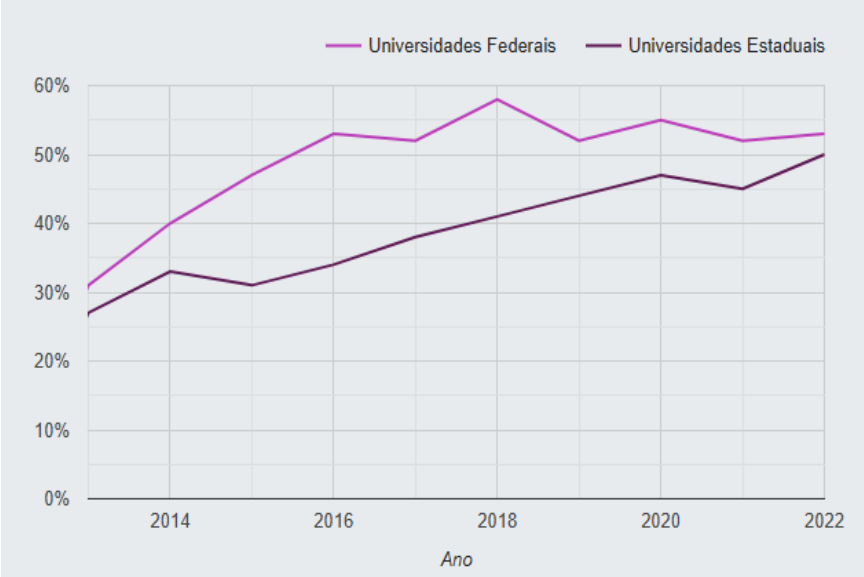
Mais recentemente, a Lei No, 13.409 de 2016 incluiu, em cada uma dessas quatro cotas, várias subcotas para pessoas com deficiência, também na proporção de sua participação na população. Contudo, ainda está em processo a implementação dessas

modalidades por parte das universidades, processo que vem sendo lento dada a complexidade do sistema. Merece registro ainda a recente alteração dessa lei:

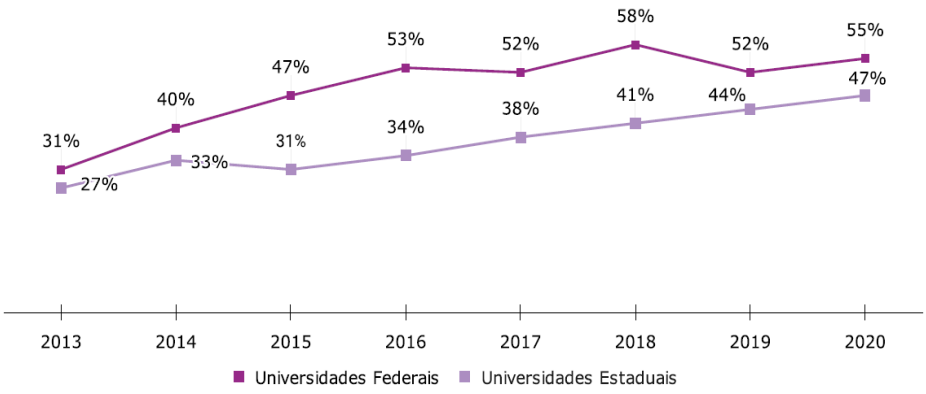
> A nova legislação torna permanente a reserva de vagas nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio federais para negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e, agora, também para quilombolas. A Lei 14.723, de 2023, determina que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas, que são 50% do total, apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência.
> Fonte:https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/11/novas-regras-da-lei-de-cotas-ja-estao-em-vigor. Acesso em 30 de julho de 2024

Para finalizar, vale registrar que universidades estaduais foram as pioneiras na adoção de políticas afirmativas com algum recorte racial, o que permitiu uma gradual transformação no corpo discente delas. A UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a UENF (Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro) provocaram grande agitação na opinião pública quando, por força de Lei 3.524, sancionada em 28 de dezembro de 2000, reservaram 50% das vagas para alunos de escolas públicas. Já no ano seguinte, com a alteração aprovada pela Lei Estadual 3.798, de 9 de novembro de 2001, de autoria do Deputado Estadual José Amorim (PPB), as referidas universidades passam a reservar 40% das vagas para a população preta e parda. Os questionamentos contra as leis foram tantos e ruidosos que alterações foram aprovadas por meio das Leis Estaduais 4.151/2003 e 5.074/2007, que alteraram a proporção e distribuição das vagas reservadas para 20% de alunos oriundos da escola pública, 20% de "candidatos negros" e 5% de pessoas com deficiência, indígenas e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço. E ainda ficou estabelecido um critério de renda para os candidatos que optam pelas cotas, o que não era exigido anteriormente. A partir da iniciativa pioneira das universidades estaduais que atenderam a reivindicações antigas do Movimento Negro e de parlamentares negros como Abdias do Nascimento, que, em 1983, apresentou na Câmara Federal uma proposta de cotas raciais para negros nas universidades brasileiras, o tema ganha projeção nacional fazendo o governo nacional

assumir responsabilidades nessa questão. Os gráficos abaixo[25] mostram a evolução das políticas de ação afirmativa no país:




*Proporção de vagas reservadas nas universidades federais e estaduais (2013 - 2020)*

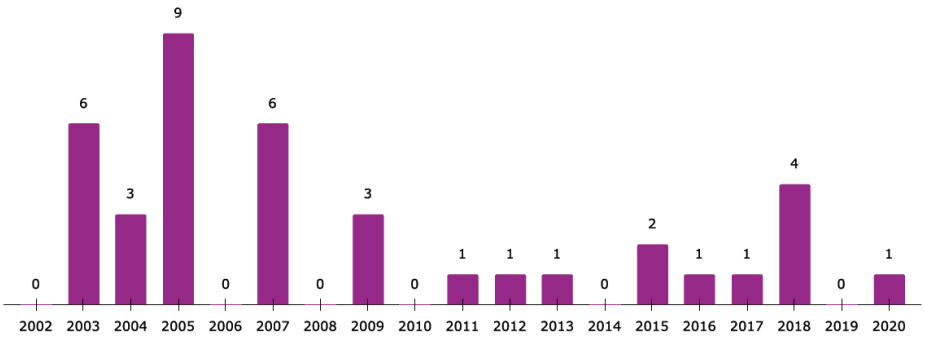



Fonte: Gemaa

Gráfico 3 – Proporção de vagas reservadas nas universidades federais e estaduais (2013-2020)

[25] Os gráficos apresentados foram extraídos do portal GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Para saber mais, ver em: https://gemaa.iesp.uerj.br/. Acesso em 30 de julho de 2024.

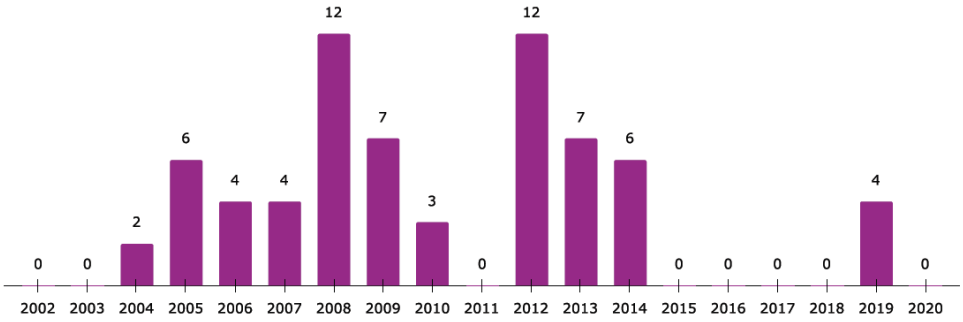
*Número de universidades estaduais que aderiram à ação afirmativa por ano*




Fonte: Gemaa

Gráfico 4 – Número de universidades estaduais que aderiram à ação afirmativa por ano

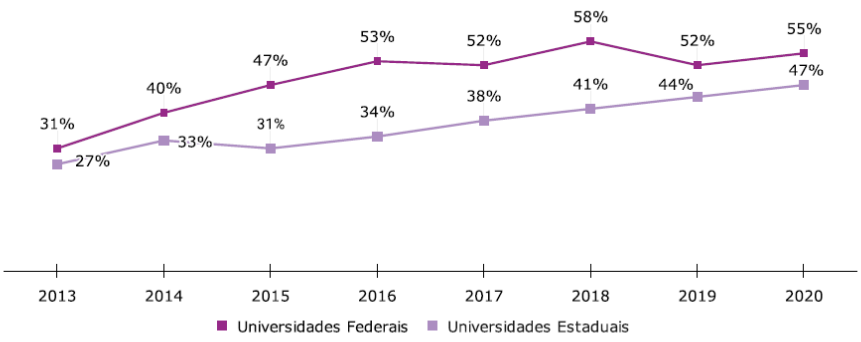
*Número de universidades federais que aderiram a ações afirmativas por ano*




Fonte: Gemaa

Gráfico 5 – Número de universidades federais que aderiram a ações afirmativas por ano

*Proporção de vagas reservadas nas universidades federais e estaduais (2013 - 2020)*




Fonte: Gemaa

Gráfico 6 – Proporção de vagas reservadas nas universidades federais e estaduais (2013-2020)

### 3.3 - Juventude Negra Universitária e Antirracismo – Exemplos na História

É muito recente uma significativa presença de negras e negras nas universidades públicas brasileiras. Dados estatísticos comprovam um crescimento exponencial da presença negra especialmente a partir da Lei 12.711/2012, que reservou vagas para estudantes pretos e pardos de escolas públicas. No entanto não é novidade a existência de enfrentamento ao racismo nas universidades protagonizados por negras e negros. Dois exemplos merecem destaque: o GTAR (Grupo de Trabalho André Rebouças), criado em 1975, na Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro, tinha em seus quadros figuras como Beatriz Nascimento, Marlene de Oliveira Cunha, Cláudia Martins Magalhães, Sebastião Soares entre outros e que organizou Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira. Ressalta-se que o GTAR se organiza num contexto de muita repressão e exclusões por conta da ditadura civil militar. Para mais informações sobre a atuação do GTAR, vale a leitura da dissertação de Sandra Martins da Silva, defendida em 2018 na UFF - Universidade Federal Fluminense. [26]

O segundo exemplo que trago é a realização do I SENUM (Seminário Nacional de Universitários Negros), na Universidade Federal da Bahia. O seminário contou com a participação de cerca de 800 estudantes das várias regiões do país. No documento de convocação para o seminário, no capítulo das justificativas, encontramos uma lúcida e assertiva avaliação das universidades públicas brasileiras: "[...]considerando que inexiste neutralidade axiológica e tampouco científica na produção do conhecimento nas Universidades brasileiras, que a sua maioria são eurocêntricas e racistas, faz-se necessário o posicionamento dos universitários negros" (I SENUN 1993). O texto continua com a seguinte afirmação:

> Diante da situação socioeconômica e racial a qual foi legado os povos negros e indígenas no Brasil, urge uma reelaboração da produção do conhecimento no conteúdo dos currículos das graduações e pós-graduações. Esta reelaboração devendo ser realizada do ponto de vista dos estudantes e professores universitários negros e indígenas no Brasil, na perspectiva plurirracial e de autodeterminação dos povos, no que tange à produção do conhecimento, como na gestão das riquezas e do poder político nacional." (TEXTO PARA DISCUSSÃO – I SENUN. 1993)

[26] Ver mais em: Silva, Sandra Martins 0 O GTAR (Grupo de Trabalho André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: Memória Social, intelectuais negros e a universidade pública (1975 / 1995) / Rio de Janeiro, 2018

Considerando a atual realidade brasileira no que diz respeito às relações raciais e que o texto citado foi escrito há quase 30 anos, fica evidente que só o Movimento Negro, visto aqui em seu sentido mais amplo, tem sido capaz de pautar a questão racial como fundamental para compreender o Brasil. Fico com Nilma Lino Gomes (2018) quando afirma que:

> É o Movimento Negro que fez e faz a tradução intercultural das teorias e das interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora da universidade; que articula com intelectuais comprometidos com a superação do racismo encontros, palestras, publicações, minicursos, workshops, projetos de extensão, ciclos de debates, abertos à comunidade, que inspira, produz e ajuda a circular as mais variadas publicações, panfletos, folders, revistas, livros, sites, canais de YouTube, blogs, páginas do Facebook, álbuns, artes, literatura, poesia, abordando a temática racial em sintonia com a diáspora africana. É ele quem pressiona o estado para adotar políticas de igualdade racial. (GOMES, 2018, p. 21-22).

Destaquei apenas dois exemplos, devido às limitações necessárias para uma dissertação, que mostram como a juventude negra universitária ou militância negra de base acadêmica tem uma longa história. História de resistência e enfrentamento ao racismo que pode ser entendida através dos conceitos “práxis negra” e “cultura de resistência”, desenvolvidos por Clóvis Moura (1994), seguramente um dos mais importantes intelectuais do Movimento Negro no Brasil. As “práxis negra" é um conceito que Moura utiliza para descrever a ação concreta e transformadora da população negra no Brasil ao longo da história. Ela se refere à prática política, social e cultural que a população negra desenvolveu para resistir à opressão e construir alternativas de sobrevivência e dignidade.

A práxis negra, segundo Moura, é intrinsecamente ligada à luta contra o racismo e a exclusão social, sendo uma forma de ação coletiva que busca transformar a realidade social. Já a "cultura de resistência" é um conceito desenvolvido por Moura para entender as formas culturais criadas pela população negra como mecanismos de resistência à opressão. Essa cultura se expressa em várias formas, como religiões afro-brasileiras, músicas, danças e tradições orais, que são, ao mesmo tempo, manifestações culturais e formas de resistência política. Moura argumenta que essas práticas culturais não são apenas uma forma de preservar a identidade negra, mas também uma maneira de desafiar o *status quo* e resistir à assimilação forçada pela cultura dominante. Defendo que a atuação política, cultural e social dos estudantes universitários negros ao longo da história recente do Brasil se adequa aos conceitos de Moura.

Considero que dois fatores podem ser considerados para a mobilização de negras e negros universitários: o primeiro foi a emergência ou reemergência do Movimento Negro a partir da década de 1970. Domingues (2006) analisa esse momento como a terceira fase do Movimento Negro Contemporâneo afirmando que: "O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do "preconceito de cor" (DOMINGUES, 2016, p. 111). Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. De acordo com Gonzalez (1982), a repressão "[...] as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade. A reorganização política da pugna antirracista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil."

Sobre o mesmo período, Pereira (2013) analisa:

> O ano de 1978 é um marco fundamental para a constituição do chamado "movimento negro contemporâneo" no Brasil, com suas características e especificidades: no dia 18 de junho foi criado por um grupo de militantes, em São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), lançado no ato público de 7 de julho, realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. (PEREIRA, 2013, p. 109

Nota-se, com as abordagens acima, a existência de um ambiente político, apesar dos perigos reais, favorável ao questionamento do racismo, o que certamente mobilizou parte da juventude negra universitária.

O segundo fator que considero importante para a articulação da juventude negra universitária é a pouca ou nenhuma discussão sobre a temática racial na principal instituição estudantil, a UNE – União Nacional dos Estudantes. Nascida em 1937, essa organização tem valiosas contribuições na vida política nacional em vários momentos decisivos da história do Brasil contemporâneo. Nos movimentos pela democracia contra a ditadura estadonovista, pela campanha do "Petróleo é Nosso" nos anos 1950, nas ações de rua contra a ditadura civil-militar implantada em 1964, com destaque para a histórica "Passeata dos Cem Mil" no Rio de Janeiro, a UNE sempre marcou uma importante presença. No entanto, no que tange à raça, ao racismo e às relações raciais, poucas foram as contribuições da instituição para ampliação do debate. Em artigo que busca

compreender a influência dos estudantes negros na construção das ações afirmativas educacionais e os seus efeitos no movimento estudantil, Richer (2020) esclarece:

> Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é a mais antiga entidade de representação discente universitária do Brasil. De acordo com o seu site, apenas em 1995 ela é presidida por um homem negro. 21 anos depois, em 2016, uma mulher negra assumiu a presidência interinamente. Esses dados apontam para a pouca participação dos negros nos cargos de direção da UNE. Ao longo de 82 anos de existência, pessoas negras assumiram o seu maior cargo apenas por 2 anos e 3 meses. Em 1999, por sua vez, a UNE criou a Diretoria de Combate ao Racismo e em 2007 passou a organizar os Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE5), incorporando o enfrentamento ao racismo na sua agenda. Nos anos 2000 a UNE também iniciou a construção dos Encontros de Mulheres Estudantes (EME), em 2005; e dos Encontros de Estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTs), em 2015 – contribuindo para a pluralização da participação discente nos seus fóruns (RICHER, 2020, p. 3 e 4).

Foram necessários quase 80 anos para que a principal instituição do movimento estudantil reconhecesse a centralidade do racismo nas relações sociais e políticas no Brasil. E esse reconhecimento contou com a efetiva contribuição de negras e negros universitários que se sentiam desamparados ou não representados pela UNE. No estilo do "tudo que noiz tem é noiz"[27], a juventude negra universitária avança no enfrentamento ao racismo, como veremos a seguir.

### 3.4 - Os Coletivos Universitários Negros e a Luta Contra o Racismo

Como podemos observar nos subitens anteriores, o questionamento e enfrentamento ao racismo nos espaços universitários não é novidade. Dentro e fora desses espaços, com mais ou menos intensidade e com vitórias e derrotas, o Movimento Negro, em seu sentido restrito e amplo, tem sido protagonista dessa questão. O que interessa para esse trabalho é compreender de que maneira os jovens universitários negros, através dos coletivos universitários negros, contribuem, além da denúncia e enfrentamento ao racismo, para a construção de uma cultura de consciência negra nas universidades.

É possível encontrar uma produção intelectual e acadêmica, ainda limitada e que carece de maior visibilidade, sobre a juventude negra universitária beneficiária das cotas e sua participação política, cultural e social nas universidades, em especial sobre a atuação

[27] Trecho da música Principia de Emicida

dos coletivos universitários negros. Espero sinceramente que essa dissertação contribua para a ampliação do debate.

Entendo que a significativa presença de negras e negras nas universidades brasileiras, em especial as públicas, espaços antes ocupados majoritariamente por brancos, tem provocado alguma tensão. Ainda bem, pois só assim, tensionadas, a universidade e a sociedade brasileira podem refletir o quanto que o racismo está presente em nossas relações. Sobre a expressiva presença negra nas universidades atualmente, Rios, Sotero e Guimarães (2020), em artigo recente, afirmam que:

> [...] expressiva, a nova onda universitária atua em diferentes frentes, inclusive nas representações estudantis clássicas, como centros e diretórios acadêmicos, conselhos universitários, entre outros. Diferentemente das formas de intervenção negra no ambiente social geral, sua presença diversificada no ambiente acadêmico parece imprimir com mais força uma "nova cara" para as universidades brasileiras, antes vistas como espaços elitizados e majoritariamente brancos. (GUIMARÃES RIOS; SOTERO, 2020, p. 309).

Como já dito anteriormente, os Coletivos Universitários Negros têm demostrado uma grande capacidade de articulação e mobilização. O quanto as universidades públicas se transformaram nos últimos 20 anos também é resultado da ação dos coletivos e seus militantes.

Acredito nos Coletivos Universitários Negros como uma força que pode significar uma renovação importante no ativismo social e político das juventudes negras, e não apenas um espaço de acolhimento, escuta e reconhecimento dessa juventude no ensino superior. E mais, percebo ainda a atuação dos coletivos como uma renovação das ações do Movimento Negro Contemporâneo. Vale considerar, nesse sentido, a força da carta de princípios do I ECUN:

> Esta Carta de Princípios tem por finalidade estabelecer os princípios e os objetivos a partir dos quais e pelos quais o Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários – EECUN está organizado, bem como deve ser respeitado por todos os estudantes e coletivos negros constituintes do encontro. Por princípios entendemos ideias, conceitos, convicções, opções políticas que devem reger as práticas e relações do EECUN. Por Negro(a) entendemos todo aquele que possui em suas características fenotípicas, como cor da pele, rosto, cabelos que caracterizam a raça negra sendo um fator determinante da sua identificação social. O EECUN é uma organização política que fomenta a participação política, e o combate a todas as formas de racismo, discriminações, preconceitos, intolerâncias e violências contra a população negra.
>
> Fundamenta-se e declara publicamente que defenderemos e seguiremos fielmente os seguintes princípios:

> *Afrocentricidade como método político
> Afrocentricidade/afro-perspectiva/afro-centralidade: convictos da condição de pretas e pretos em diáspora, que na situação de universitários se somam na construção do EECUN. Nesse sentido, compreendemos a inaplicabilidade de todo e qualquer método que destoe da perspectiva afrocentrada tendo como égide formas de relação política condicionadas por sindicatos ou encontros governistas, tais qual como conferência e métodos utilizados em congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais que atuam sob base eurocêntrica.
> *Suprapartidário
> Tendo em vista a concepção afrocentrada supracitada, a construção deste encontro não será permeada por nenhum vínculo partidário e/ou ligação, direta ou indireta. Entende-se por ligação direta ou indireta: correntes, coletivos, setoriais, que atuem com subnomes/subtítulos orientados diretamente por instituições partidárias. Todavia o EECUN conclama negras e negros diaspóricos, em situação universitária, para fortalecer esse novo passo coletivo de maneira independente.
> *Autonomia financeira
> Inaceitável financiamento de cunho partidário e de instituições ligadas a partidos, sendo possível a captação de recursos públicos e privados.
> *Contra todas as formas de opressões
> Haverá enfrentamento radical sobre quaisquer demonstrações, verbais e físicas, de opressão no que tange a LGBTfobia, machismo e sexismo. Reiteramos o direito essencial de todas as pessoas gênero diversas e orientações sexuais diversas.
>
> Compõem a organização do evento os seguintes coletivos:
> Coletivo Negro Iolanda de Oliveira-UFF; Coletivo Negro Carolina de Jesus-UFRJ; Coletivo Negro Azoilda Loreto Da Trindade-CEFET-RJ; Frente Negra-UFPR; Bloco das Pretas- BH MG; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros- NEAB Viçosa; Coletivo Preto Dandaras da Baixada – UFRRJ IM; Coletivo CORPOS NEGROS – UFG [Goiânia- Goiás]; Coletivo Negro Kimpa – UNESP Bauru; Coletivo Juventude Educafro – SP; Coletivo Negrex; Coletivo Negrada-UFES; Coletivo Nuvem Negra-PUC-RJ; Coletivo Alma Preta; Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – Conajir.

Entendo esse documento como um poderoso registro da consciência da atual juventude negra universitária dos desafios que devem enfrentar dentro e fora das universidades. A meu ver, um exemplo que deve ser seguido por muitas agremiações políticas de diversas colorações ideológicas que se dizem comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Como afirma Ratts(2011):

> São estes corpos docentes e discentes que têm adentrado e se encontrado no espaço universitário, na formação de territórios acadêmicos e políticos. Ainda que tenham individualidade, vêm de um terreno comum... A formação de um movimento negro de base acadêmica representa a entrada em cena de corpos educados, corpos que pensam e agem individual e coletivamente, que são vistos e se veem como negros neste espaço e que tem um projeto político que conta com uma história e memória de cerca de quarenta anos. (RATTS, 2011 – p. 38-39)

### 3.5- Coletivos Universitários Negros e a Cultura de Consciência Negra

Steve Biko (1990), expoente ativista e liderança negra sul-africana contra o regime segregacionista do apartheid e um dos artífices do Movimento de Consciência Negra, afirma:

> A Consciência Negra é, em essência, a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar suas forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como grupo, a fim de se libertar das correntes que os prendem à servidão perpétua [...] portanto, a consciência Negra [...] Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, religião e maneira de viver a vida. (BIKO, 1990, p. 5).

A afirmação de Steve Biko é esclarecedora na medida em que se pode compreender os Coletivos Universitários Negros e sua atuação como resultado da influência ou percepção dessa consciência. Em sua Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, Nei Lopes (2004) ensina que: "[...] consciência negra é uma ideologia que se expressa, na África e na Diáspora, mediante à aquisição, pelo indivíduo negro, de autoconhecimento em relação à sua originalidade étnica e cultural. Aplicação desse conhecimento na condução do destino" (LOPES, 2004 – p. 33). Numa outra trilha, Fanon indica que: "[...] uma verdadeira desalienação do negro supõe uma súbita tomada de consciência das relações econômicas e sociais." (FANON, 1983, p.28). Nelson Inocêncio Silva (2023) esclarece que:

> [...] consciência negra pode ser compreendida por alguns flancos, mas, se buscássemos um argumento capaz de aproximar as interpretações, poderíamos dizer que, sem dúvida, ela está relacionada aos mecanismos de superação do racismo que desumaniza a população negra ao concebê-la como resultado de um conjunto de estereótipos (positivos e negativos), os quais aprisionam e inviabilizam a existência alimentada pelo prazer de ser o que é. Ao tratarmos de consciência negra na esfera política, observaremos outros referenciais que dialogam com a dimensão psicanalítica de consciência. Inegavelmente, trata-se de uma construção complexa, que deve ser apropriada, sobretudo, pela população negra, muitas vezes refém da violência racial, seja ela simbólica ou física. Digamos que a consciência negra, entre outas possibilidades, serve como um manual de sobrevivência diante das armadilhas do racismo. (SILVA, 2023, p. 85)

Afirmo que os Coletivos Universitário Negros e seus/suas ativistas são depositários de consciência negra em todas suas dimensões. E é isso que ajuda a entender tanta potência e tanta assertividade em suas ações. Penso ainda nos coletivos como representantes do Movimento Negro. Seus ativistas/militantes como sujeitos e

construtores de sua própria história. Também como exemplos das "práxis negra" e da "cultura de resistência" com advoga Clóvis Moura (1994). Movimento Negro que produz saberes e conhecimentos tradicionalmente desvalorizados pelo pensamento social brasileiro mais ortodoxo. Gomes (2018) é assertiva quanto da capacidade educadora do Movimento Negro:

> [...] no seu papel educativo, ele educa e reeduca sociedade, o Estado e a si mesmo sobre relações raciais, racismo e a diáspora africana. E, se é um educador ele constrói pedagogias. E, se constrói pedagogias, interfere nos processos educativos e nas políticas educacionais. (GOMES, 2018, p.40)

Os coletivos, a meu ver, são capazes de provocar dentro das universidades uma verdadeira agitação que abala as estruturas que constituíram as universidades como espaços onde corpos negros não deveriam estar. Nas agendas políticas e reivindicações dos coletivos, percebe-se o compromisso de questionar a normalidade existente nas universidades brasileiras que historicamente privilegia uma única história, uma única epistemologia. E mais que isso, percebe-se o compromisso de fazer das universidades brasileiras um espaço possível para todos os corpos e todas as existências. Guimarães, Rios e Sotero (2020) reforçam minha percepção ao afirmar:

> O certo é que esses estudantes visam criar um espaço próprio, onde possam construir e exercer algumas das múltiplas formas de representar as identidades negras. Ou seja, constroem o coletivo como um espaço onde criem, celebrem e cultivem sistematicamente uma história do protesto e da mobilização negra no Brasil e no mundo — uma história diaspórica, pois —, onde expressem uma sensibilidade e uma estética próprias, e onde se organizem para reivindicações específicas — em particular contra as discriminações percebidas no sistema universitário e em favor de um currículo que contemple a experiência negra. (GUIMARÃES, RIOS, SOTERO, 2020, pp. 309).

Nesse trabalho, utilizo ainda, para compreender a atuação dos coletivos, o conceito Cultura de Consciência Negra desenvolvido pelo professor Amauri Mendes Pereira (2018). Sustento nessa pesquisa que os Coletivos constroem espaços de produção de uma cultura de consciência negra nas universidades. Mais do que enfrentar o racismo, para além do antirracismo, os Coletivos possibilitam a valorização das culturas negras em todas suas dimensões. Pereira (2018) propõe que: "Cultura de Consciência Negra – (como) um guarda-chuva conceitual, abrangendo diferenciadas significações em torno dos referenciais históricos, simbólicos e estéticos, tidos como de matrizes africanas, temperados pela vivência afro-brasileira" (PEREIRA, 2018, p. 89)

A atuação política dos coletivos possibilita à comunidade universitária – docentes, discentes e funcionários administrativos – uma outra compreensão sobre a cultura, a estética, os saberes e sabenças, a música, dança, corpos e cabelos típicos de negras e negros e seus descendentes. Guimarães, Rios e Sotero (2020) mostram essa dimensão:

> Não raro, os estudantes cotistas vivenciam verdadeira transformação visual ao chegarem nas universidades. Se antes prendiam, alisavam ou cortavam os cabelos, no correr do primeiro ano, às vezes ainda no primeiro semestre do curso, passam a se sentir encorajados a deixar seus cabelos naturais, sem química ou simplesmente com penteados afro, que podem envolver uso de turbantes ou tranças em modelos afro-brasileiros. Essas mudanças, ainda que passem por dimensões profundamente subjetivas, podem ser atravessadas por reações negativas por parte dos mais conservadores no corpo docente e dos demais profissionais da educação. Nesse sentido, a percepção do preconceito racial não seria apenas a releitura das desigualdades socioeconômicas, mas também uma sensibilidade mais atenta às formas antes entendidas como preconceitos moderados ou sutis da cultura brasileira. Hoje, no entanto, são vistas como formas de violência simbólica e verdadeiras agressões de caráter racial. Elogios excessivos e clichês, como "beleza exótica", passam a ser interpretados como interpelações racistas, e não como uma etiqueta racial de vetor positivo, frequentemente usual em contextos de deslocamento do lugar social do negro." (GUIMARÃES, RIOS, SOTERO, 2020, pp. 308-309)

Novas experiências, novas relações que acredito serem capazes de potencializar ações mais eficazes contra o racismo e suas manifestações, criando, assim, nas universidades espaços de cultura de consciência negra.

# Considerações Finais

Essa pesquisa se iniciou num período bastante dramático para uma parcela considerável da população brasileira, em especial negras e negros. A pandemia da COVID-19 exigiu imenso esforço para garantir a sobrevivência individual e dos familiares. Sofri bastante. Entrei em depressão, o que atrasou o andamento deste trabalho. Contei com apoio, acolhimento e muita compreensão de minha família, pessoas próximas e da coordenação, professores e demais funcionários do PPRER.

Nas periferias das grandes cidades do Brasil, a juventude brasileira deu exemplos de solidariedade e de mobilização política ao garantir a distribuição de toneladas de alimentos aos mais necessitados, maioria negra. Essa mesma capacidade a juventude negra universitária, através dos coletivos universitários, vem demonstrando nos últimos 20 anos através de diversas ações nas universidades públicas brasileiras. Aquilombamento, resistência, muita capacidade de articulação e reinvenção de práticas políticas e de associação garantem aos coletivos universidades novas possibilidades para o enfrentamento ao racismo. Seguramente uma renovação, um passo adiante para o movimento negro brasileiro.

Estou certo de que os coletivos universitários negros estão colaborando de forma decisiva para uma transformação profunda nas universidades brasileiras. Suas reivindicações ultrapassam os limites do racismo e do antirracismo. Novas epistemologias, novas disciplinas, novos professores, enfim, uma verdadeira revolução nos padrões tradicionais das universidades brasileiras. Fizeram das universidades espaços para a produção da cultura de consciência negra. Mais uma vez, a juventude negra resistindo, renovando e reinventando. Estratégias de sobrevivência numa sociedade onde o racismo é fundamentalmente antinegro, essa juventude tem sido capaz de criar novas formas de articulação e enfrentamento de todas as formas de opressão e violência.

# Referências

ALBERTI Verena e PEREIRA Amílcar Araújo. Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC – Pallas Editora Rio, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica — Revista Brasileira de Educação – Nº 29 – maio/Jun/Jul/Ago, 2005.

_____Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, vol. 12, n. 23, 2007.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas - Salvador: EDUFBA, 2008.

FERES, João Jr et al. Ação afirmativa: Conceito, História e Debates – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Editora Ática,1978

_____Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989

GOMES, Nilma. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____(org) Saberes das lutas do movimento negro educador – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022

GONZALEZ, Lélia e HASEMBALG, Carlos. Lugar de Negro – Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARAES, ANTONIO SÉRGIO A.; RIOS, FLAVIA; SOTERO, EDILZA. COLETIVOS NEGROS E NOVAS IDENTIDADES RACIAIS. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 309-327, Aug. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002020000200309&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 agosto de 2024. Epub Oct 12, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Antirracismo no Brasil - São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-Modernidade - Rio de Janeiro: DP&P, 2006

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais - Organização Liv Sovik - 2. ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MINAYO, M, C. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco. 1999

MORRISON, Toni. A Origem dos Outros: seis ensaios sobre racismo e literatura - 1ª ed São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro – São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. Brasil: As raízes do protesto negro. São Paulo: Editora Dandara, 2023

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Negritude Usos e Costumes. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

OLIVEIRA, Dennis de (Org.) A luta contra o racismo no Brasil – São Paulo: Edições Fórum, 2017.

PEREIRA, Amauri Mendes. Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira – Estudos Afro-Asiáticos – Vol 25, nº 3, 2003.

_____. Trajetórias e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro — Ed. Nandyala, 2008.

_____. Para além do Racismo e do Antirracismo - A produção de uma cultura de consciência negra no Brasil – NEAB – Casa Aberta Editora, 2012.

_____. Encruzilhadas na luta contra o racismo no Brasil – Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O Mundo Negro: a constituição do movimento contemporâneo no Brasil (1970-1995) — Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. NGUZU: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011.

RIOS, Flávia et al – Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas – 1.ed. – São Paulo: Perspectiva, 2023

SANTOS, Sales Augusto dos (Organizador). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas — Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

Silva, Sandra Martins 0 O GTAR (Grupo de Trabalho André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: Memória Social, intelectuais negros e a universidade pública (1975 / 1995) / Rio de Janeiro, 2018

TAYLOR, Revista Outubro, n. 31, 2o semestre de 2018. P.179)

TEIXEIRA, Moema de Poli. Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

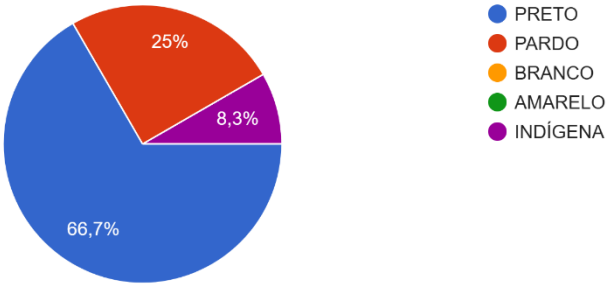
THEODORO, Mário (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição — Brasília: IPEA, 2008

# Anexo 1 – Dados brutos da pesquisa

Resultados da pesquisa realizada para a realização desse trabalho

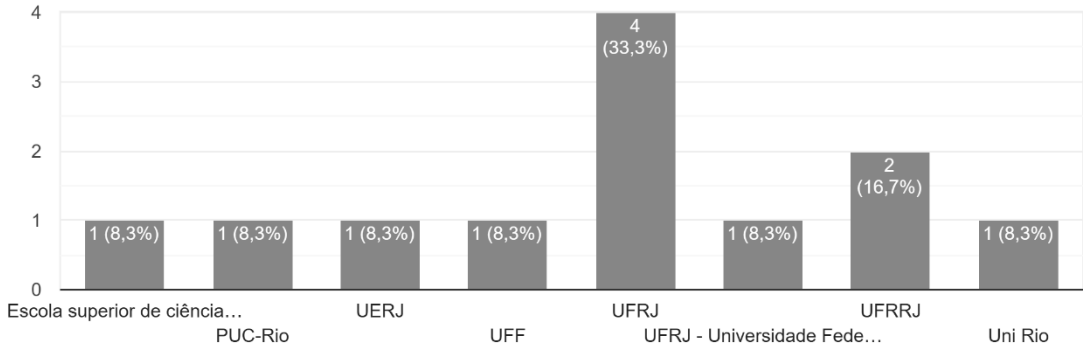
COMO VOCÊ SE AUTODECLARA?

12 respostas



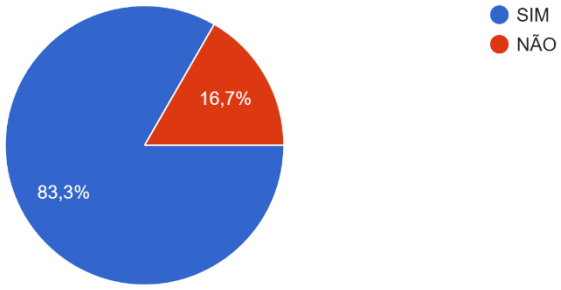

QUAL UNIVERSIDADE / FACULDADE VOCÊ ESTUDA?

12 respostas



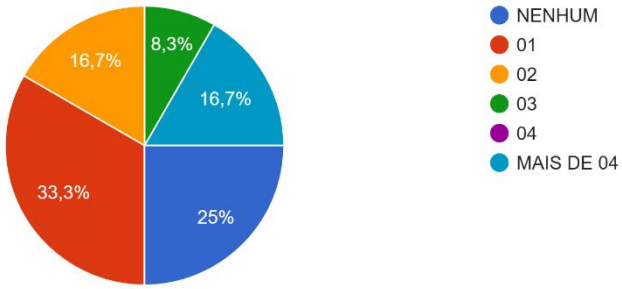
VOCÊ UTILIZOU ALGUMA POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA INGRESSO NA UNIVERSIDADE / FACULDADE?

12 respostas



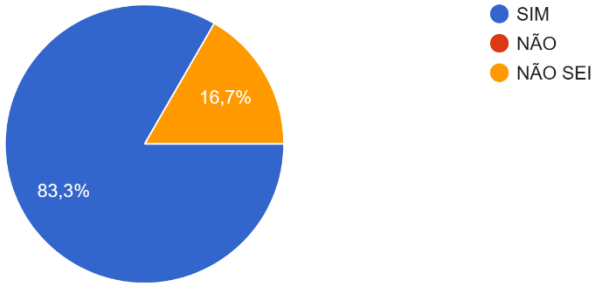

QUANTOS MEMBROS DE SUA FAMÍLIA POSSUEM CURSO SUPERIOR COMPLETO?

12 respostas



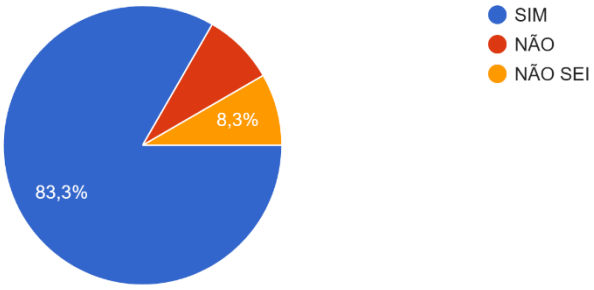

VOCÊ OU ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA TEM OU TEVE ATUAÇÃO ANTIRRACISTA?

12 respostas



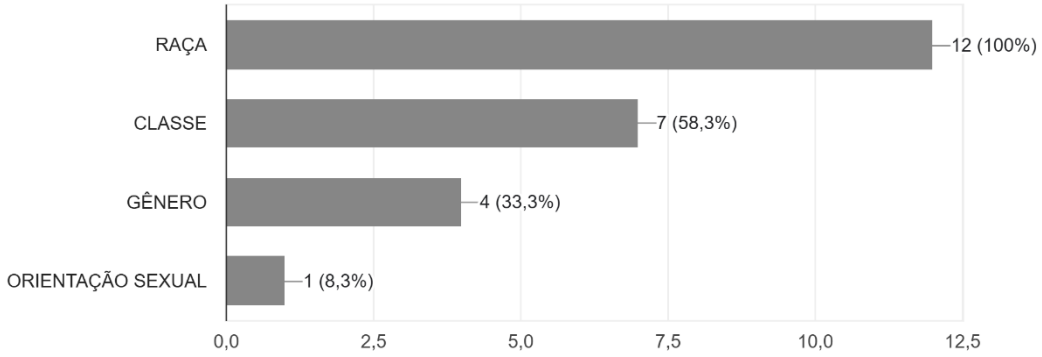
VOCÊ OU ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA ATUA OU ATUOU EM ALGUMA INSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO?

12 respostas




QUAIS ÁREAS O COLETIVO NEGRO EM QUE VOCÊ ATUA PRIORIZA? (PODEM SER MARCADAS MAIS DE UMA OPÇÃO)

12 respostas



DE QUE MANEIRA SUA ATUAÇÃO NO COLETIVO NEGRO CONTRIBUI PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA, PESSOAL E POLÍTICA?

1 - “Eu não teria chegado até aqui sem o coletivo, foi ele que me deu suporte para conseguir intercâmbio, foi através dele que me inseri nas instâncias representativas discentes no meu instituto e também foi por ele que entrei para comissão de heteroidentificação e câmara de políticas raciais.”

2 - “Me conscientizou sobre a classe, gênero e principalmente cor, me deu uma consciência de cor que antes da universidade e de ter o contato com os coletivos eu não tinha, agora ao adentrar em ambientes elitizados eu conto quantos negros presentes, me conscientizei sobre questões de políticas públicas através da raça.”

3 - “Me ajudou a ganhar experiência política e prática tanto em assuntos relativos às leis quanto na minha própria formação como pessoa.”

4 - “De maneira essencial. O trabalho realizado junto ao coletivo ajudou na percepção do corpo negro na universidade. O sentimento de pertencimento é como um combustível que nos impulsiona a tentar resolver problemas práticos do povo preto, para além da universidade. Logo, a atuação em coletivo fomenta um espírito de colaboração na luta por justiça racial/social no Brasil.”

5 - “Acho que minha atuação me permite ter sempre perspectivas mais aprofundadas sobre mim, sobre academia e a sociedade.”

6 - “Conhecimento, regate e valorização.”

7 - “Vivencio a frente de luta, me capacitandopara atuar e auxiliar no processo de construção para os Quilombos.”

8 - “Fomentando em mim o desejo de aprendizado sobre questões políticas e sociais, além de capacitação organizacional e por fim um reconhecimento pessoal de estar atuando por uma causa.”

9 - “Para mim isso contribui demais pois, vemos cada dia mais oportunidades e jeitos de chegar no ensino superior para ir além mesmo com a sociedade nos querendo para baixo. Esse aprendizado contribui principalmente com a forma de observação e do meu agir na sociedade.”